

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL- PUBLICIDADE E  
PROPAGANDA

Juliana Pinheiro de Souza

**CONTEÚDO PARA SÍTIO INSTITUCIONAL: MULHERES DA CEU II**

Santa Maria, RS  
2019

**Juliana Pinheiro de Souza**

**CONTEÚDO PARA SÍTIO INSTITUCIONAL: MULHERES DA CEU II**

Projeto Experimental apresentado ao Curso de Comunicação Social – Hab. Publicidade e Propaganda, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda.**

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira-Cruz

Santa Maria, RS  
2019

**Juliana Pinheiro de Souza**

**CONTEÚDO PARA SÍTIO INSTITUCIONAL: MULHERES DA CEU II**

Projeto Experimental apresentado ao Curso de Comunicação Social – Hab. Publicidade e Propaganda, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda.**

Aprovada em 03 de dezembro de 2019:

---

**Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira-Cruz, Dr.<sup>a</sup> (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Angélica Medianeira Iensen, Ms.<sup>a</sup> (UFSM)**

---

**Sandra Dalcui Depexe, Dr.<sup>a</sup> (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2019

## DEDICATÓRIA

*Dedico à minha mãe Sueli Pinheiro, e minhas avós Venilda e Oneide por serem as mulheres mais fortes que conheci e me inspirarem a nunca desistir dos meus sonhos. Ao meu pai Kleber por me ensinar a ter coragem, superar as dificuldades e acreditar em mim mesma.*

*E às mulheres que lutaram por mim e pelos meus direitos, antes mesmo que eu nascesse. Todos vocês estão guardados no meu coração!*

## RESUMO

### CONTEÚDO PARA SÍTIO INSTITUCIONAL: MULHERES DA CEU II

AUTORA: Juliana Pinheiro de Souza

ORIENTADORA: Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira-Cruz

Este projeto experimental visa discutir temas como assistência estudantil para mulheres, a trajetória de luta das estudantes na conquista de direitos na Universidade Federal de Santa Maria e a escassez de informações destinadas às moradoras da Casa do Estudante II (CEU II) nos sítios institucionais da Universidade. Dessa forma, o presente trabalho se propõe a realizar como produto comunicacional conteúdos para sítio institucional destinado à essas mulheres. Para tanto, foram realizadas entrevistas qualitativas com moradoras da CEU II e pesquisa nos sítios da UFSM. Ainda foram sondados os sítios das mais de 60 Universidades Federais do Brasil a procura de conteúdos destinados às residentes de moradias estudantis e nada foi encontrado, o que torna a UFSM a primeira instituição a ter tal material em sua plataforma digital.

**Palavras Chave:** Assistência Estudantil. Casa do Estudante. Moradoras. Sítio Institucional

## **ABSTRACT**

### **CONTENT FOR INSTITUTIONAL SITE: WOMEN FROM THE CEU II**

AUTHOR: Juliana Pinheiro de Souza  
ADVISOR: Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira-Cruz

This experimental project aims to discuss topics such as student assistance for women, the student's path of struggle in the achievement of rights at the Federal University of Santa Maria and the scarcity of information for residents of the Casa do Estudante II (CEU II) at the University's institutional sites. Thus, the present work proposes to produce as a communicational product contents for an institutional site for these women. To this end, qualitative interviews were conducted with residents of CEU II and research at UFSM's sites. The sites of more than 60 Federal Universities in Brazil were searched for content for student housing residents and nothing was found, which makes UFSM the first institution to have such material on its digital platform.

**Keywords:** Student Assistance. Casa do Estudante. Residents. Institutional Site.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BSE	Benefício Socioeconômico
CAED	Coordenação de Ações Educacionais
CEU	Casa do Estudante
Consu	Conselho Superior da Instituição
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ENCE	Encontro Nacional de Casas do Estudante
Fies	Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
HUSM	Hospital Universitário de Santa Maria
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Ensino
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantil
ProUni	Programa Universidade para Todos
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SATIE	Setor de Atendimento Integral ao Estudante
SENCE	Secretaria Nacional de Casas do Estudante
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNE	União Nacional dos Estudantes
USM	Universidade de Santa Maria

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Linha do tempo dos maiores acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil. ....	14
Quadro 2- Relação entre as Políticas do PNAES e as Universidades Federais. ....	21



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição percentual dos estudantes segundo região e classificação socioeconômica - critério ANEP.....	19
---	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - UFSM.....	23
Figura 2 - CEU II .....	29
Figura 3- Assembleia Estudantil da UFSM em 2016.....	36
Figura 4- Entrada do Bloco 12.....	41
Figura 5 – Reportagem “Universitárias denunciam assédio em banheiros da UFSM em Santa Maria. ....	44
Figura 6– Estrutura Inicial de página para sítio. ....	50
Figura 7– Página "Violência Contra a Mulher" .....	52
Figura 8– Estrutura Final para Sítio.....	54
Figura 9– Página Inicial.....	55
Figura 10– Machistômetro.....	56
Figura 11– Telefones Emergenciais.....	57

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2- A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL</b> .....	14
2.1- O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES....	18
<b>3- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA</b> .....	23
3.1- ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFSM .....	25
3.2- CASAS DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO .....	29
3.3- MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFSM .....	33
3.4- OCUPAÇÕES .....	35
<b>4- MULHERES NA LUTA</b> .....	38
4.1- CONQUISTA DE DIREITOS NA UFSM .....	40
<b>5- RELATÓRIO</b> .....	47
5.1- PASSOS METODOLÓGICOS.....	48
5.2- CONSTRUÇÃO DO CONTEÚDO.....	51
<b>6- CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	58
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	60

## 1- INTRODUÇÃO

Ter acesso a uma educação pública e de qualidade não é uma tarefa simples para as minorias no Brasil, já que por muito tempo só era possível ter uma graduação sendo branco, hétero, homem e pertence-se à classe alta da sociedade. Felizmente, o cenário mudou ao longo dos anos, hoje as Universidades Federais destinam 50 % de suas vagas para pessoas advindas de escolas públicas, negras, pardas, indígenas e pessoas com deficiência. Além disso, ainda existem ações que as instituições devem realizar para diminuir a evasão desses alunos, facilitando sua estadia na universidade.

Apesar desses avanços, ainda há muita desigualdade e aspectos históricos a serem reparados. Como estudante mulher e pobre, tenho vivenciado, nos últimos cinco anos, situações de invisibilidade e desamparo perante a instituição, mesmo residindo na Casa do Estudante II (CEU II) que é localizada na sede da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A falta de informação é algo recorrente para os moradores, o que dificulta nosso cotidiano, pois temos que realizar caminhos mais longos para conseguirmos nos atualizar sobre um assunto específico, precisando, muitas vezes ir pessoalmente à Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) ou à Diretoria da CEU II, tendo em vista que seus sítios institucionais possuem poucas informações e as existentes, muitas vezes, já estão defasadas.

Ao se tratar das moradoras, a situação se mostra ainda mais complicada, já que nos sítios da instituição não há conteúdos que falem sobre o assédio destinado às residentes, ou para onde devemos nos dirigir, caso tenhamos que fazer consultas médicas, e os exames frequentes que devemos realizar. Vi casos de garotas que passaram anos sem realizar um preventivo ou testagem para infecções sexualmente transmissíveis.

Interessante pontuar que a própria história de luta das mulheres moradoras da CEU II não tem sido registrada. Considerando o contexto social e político brasileiro, e diante da constante retirada de direitos obtidos ao longo da história, é de grande importância reafirmar o sentimento de resistência das estudantes e as inúmeras conquistas que garantiram à assistência estudantil da UFSM para mulheres como conhecemos hoje.

A partir desse contexto, afirmo que minha justificativa experimental é **me posicionar como agente facilitador na elaboração coletiva de um produto comunicacional que reúna informações pertinentes à realidade das moradoras**

**da CEU II, tendo como objetivo viabilizar essa construção, tornando acessível informações relevantes a essas mulheres a partir de um conteúdo para o sítio institucional da UFSM.**

Para concretizá-lo, defini quatro objetivos específicos: I - entender as necessidades comunicacionais das moradoras da CEU II; II - fortalecer a coletividade e dar visibilidade às mulheres da CEU II; III - Resgatar a história de luta das mulheres em busca de melhorias na Assistência Estudantil na UFSM; VI - Realizar conteúdo para o sítio institucional da UFSM, de acordo com as normas do Governo Federal, que supra as necessidades identificadas.

O presente projeto é dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo disserta sobre a assistência estudantil das Universidades Federais brasileiras, tendo uma linha do tempo para a visualização histórica dos avanços na área, e as ações que a constituem atualmente. O segundo tem como assunto a Universidade Federal de Santa Maria, sua história e as atividades que realiza para garantir a permanência de seus discentes, a partir das normas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O terceiro capítulo é referente à história de resistência das mulheres para garantir seus direitos na educação no Brasil e também na UFSM, onde podemos visualizar as melhoras na assistência da instituição e o porquê de ser considerada uma das melhores do Brasil. Na sequência, serão descritos os passos metodológicos realizados para que fosse possível a produção de conteúdo para o sítio da UFSM voltado às moradoras da CEU II e as considerações finais. O conteúdo pode ser visualizado no sítio da Casa, a partir do link <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prae/ceu/mulheres-da-ceu-ii/> .

## 2- A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

O direito à educação, além de estar presente na Constituição Brasileira de 1988, é protegido por Leis que buscam garantir que todos os estudantes possuam igualdade de condições de acesso e permanência. Aline Viero Kowalski (2012) elaborou em sua tese uma linha do tempo com os maiores acontecimentos que levaram à concretização da assistência estudantil como conhecemos atualmente. Ela a dividiu em 3 etapas como podemos visualizar:

Quadro 1- Linha do tempo dos maiores acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil.

<p><b>PRIMEIRA FASE</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>1928:</b> Promoção, pelo presidente Washington Luis, da construção da "Casa do Estudante Brasileiro" que ficava em Paris.</li> <li>- <b>1930:</b> Abertura da "Casa do Estudante do Brasil" no RJ, acoplado ao RU.</li> <li>- <b>1931:</b> Marca de nascença da AE na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 19851/1931.</li> <li>- <b>1934:</b> Integração da assistência estudantil passou na Constituição Federal no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica</li> <li>- <b>1937:</b> Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).</li> <li>- <b>1946:</b> Promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para alunos "necessitados" e também aborda mecanismo referente à saúde dos discentes.</li> <li>- <b>1961:</b> Aprovação da LDB que estabelecia a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes.</li> <li>- <b>1970:</b> Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico.</li> </ul>
<p><b>SEGUNDA FASE</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>1987:</b> Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil.</li> <li>- <b>1988:</b> Promulgação da Constituição Federal que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas IFES).</li> <li>- <b>1990:</b> Limitação de recursos nacional para assistência estudantil; discussões sobre a PAE de forma fragmentada e restrita a algumas IFES.</li> <li>- <b>1996:</b> Aprovação da LDB, que "de costas para a assistência estudantil", não menciona nenhum tipo de financiamento a PAE.</li> <li>- <b>1998:</b> Aprovação, na Conferência de Paris, da "Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI", que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES.</li> <li>- <b>1999:</b> Criação do FIES, que propõe financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES <i>privadas</i>.</li> <li>- <b>2001:</b> Aprovação do PNE, que dispõe da política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das IES.</li> <li>- <b>2004:</b> Criação do ProUni, que objetiva conceder bolsas de estudos para alunos de baixa renda em IES <i>privadas</i>.</li> </ul>

<b>TERCEIRA FASE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>2007:</b> Criação do REUNI, que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.</li> <li>- <b>2007:</b> criação do PNAES, cujo objetivo é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos presenciais na IFES.</li> <li>- <b>2010:</b> Sanção, em 19 julho, do PNAES como Decreto Lei nº 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito. Aprovação do Decreto Lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Aprovação, em 30/12/2010, do Decreto nº 7416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica.</li> <li>- <b>2010/2011:</b> Lançamento do Projeto Lei do PNE para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES.</li> </ul>
----------------------	--

Fonte: KOWALSKI (2012, p. 100)

Como podemos perceber, já em 1930 estavam sendo realizadas ações de assistência ao estudante, com programas de alimentação e moradia universitária no Rio de Janeiro. Já no governo Getúlio Vargas, como cita Natalia Vasconcelos (*apud* IMPERIALTORI, 2017, p. 286), houve um marco histórico nas políticas sociais quando a educação passou a ser reconhecida como um direito público regulamentado pelo Estado. Em 1931 foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto n. 19.851/1931, são propostas medidas que proporcionam aos alunos de institutos universitários menos favorecidos economicamente, bolsas de estudos (IMPERIALTORI, 2017, p. 286)

Essa lei foi incorporada na Constituição de 1934, que assegurou a assistência aos estudantes, sendo declarado no art. 157 que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas”. A assistência aos estudantes foi extensiva para todos os níveis de ensino nos anos 1940, estando presente na Constituição de 1946, art. 172, segundo o qual “cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar”. (IMPERIALTORI, 2017, p. 286)

Em 1961 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), que estabelece que todos os estudantes possuem igualmente direito a assistência social escolar. Entre as décadas de 1950 e 1970 houve uma grande expansão da educação superior, Vasconcelos (*apud* IMPERIALTORI, 2017, p. 287) afirma que “entre as décadas de 50 e 70 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares”.

Mas foi na década de 1970 que o ensino superior se expandiu, resultando na ampliação do número de matrículas de 300 mil, em 1970, para um milhão e meio, em 1980. Tendo em vista a expansão das vagas, a juventude das

classes mais baixas passou a ter maior acesso à universidade, o que gerou demandas por ações específicas para atendimento desse público. Muitos desses jovens saíam de suas cidades para as capitais buscando formação acadêmica. Começaram reivindicações e lutas, juntamente com o movimento estudantil, que levaram as instituições de educação a assumirem a responsabilidade pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos. (SOUZA, *apud* IMPERATORI, 2017, p. 287)

Em 1970, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) que implantou Bolsas de Trabalho para os estudantes, através das quais eram oferecidas oportunidades de exercício em entidades públicas e particulares. Juntamente, foram criadas Bolsas de Estudo nas quais não era necessário a realização de atividades. Também era priorizada a assistência médica, programas de alimentação e moradia. Porém no final de 1980 o DAE foi extinto, o que fez com que as ações de assistência estudantil ficassem fragmentadas em cada instituição de ensino (IMPERATORI, 2017, p. 287)

Ao longo de toda a criação e desenvolvimento político, econômico e social das universidades no Brasil, através de alguns segmentos sociais, da base estudantil, os docentes e representantes do sistema educacional travaram várias lutas e embates para a conquista da educação com qualidade e melhoria do ensino público. Uma delas foi assegurar a assistência estudantil, significando um avanço no acesso à universidade (BARBOSA, *apud* IMPERATORI, 2017, p. 292).

Já na década de 1980, entramos na segunda fase apontada por Kowalski (2012, p. 92) como o momento onde o Brasil passa por uma grande crise econômica, gerando um processo de redemocratização, que acabou por resultar na transição de um governo ditatorial para uma república. Não devemos esquecer que, mesmo com essa mudança, as consequências geradas pelos anos de ditadura eram desastrosas, principalmente no âmbito social: desemprego, deficiência nos serviços de saúde, desigualdade na educação superior decorrentes das dificuldades de acesso eram alguns desses problemas. É nesse momento que “movimentos de disputas se convergem e provocam mudanças na agenda política que, por sua vez, culminam na criação de novas políticas públicas”. (KOWALSKI, 2012, p. 93)

De acordo com Vasconcelos (*apud* MOTTA, 2013, p.37), na década de 1980 duas frentes políticas tomaram a frente nas discussões sobre as políticas de assistência ao estudante no Brasil, sendo essas o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Ao referir-se a



essas entidades Thaís Kristosch Imperatori (2017, p. 293) afirma que para prevenir a evasão escolar por motivos socioeconômicos e garantir a permanência dos estudantes nos cursos, elas defendiam a integração das IFES para garantir a igualdade de oportunidade aos discentes.

Além dessas, outras entidades que também se engajaram na luta pela efetivação da assistência estudantil são a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Secretaria Nacional de Casas do Estudante (SENCE). Araújo e Bezerra (2007 apud IMPERATORI, 2017, p. 293).

A discussão que essas entidades provocavam sobre os temas acima citados teve um grande alcance, principalmente por conta da publicação da Constituição Federal de 1988.

(...) cuja finalidade era, além de buscar a garantia da efetividade dos direitos fundamentais e a prevalência dos princípios democráticos, também contemplavam o processo de redemocratização da educação, mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão. Embora esse documento não abordasse especificamente a educação superior é a partir dele que se começam a aprofundar as discussões referentes ao acesso e à permanência nas universidades. (KOWALSKI, 2012, 93)

Kowalski (2012, p. 95) lembra que nessa Constituição Federal, em seu artigo 214, foi estabelecida a criação do Plano Nacional de Ensino (PNE), sendo aprovado em 09 de janeiro de 2001. São ações previstas do PNE: 1 - Estimular as instituições de ensino superior a identificar estudantes com altas habilidades intelectuais e vulneráveis economicamente, na educação de base, e lhes oferecer bolsas de estudo e apoio na permanência dos estudos; 2 – Estimular as instituições públicas a aderirem programas de assistência estudantil para apoiarem estudantes carentes, como bolsas-trabalho, etc.

Kowalski (2012, p. 95) cita que nesse mesmo período foram realizadas ações do governo referente ao acesso e permanência dos estudantes nas IES, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), e o PNAES.

É pertinente destacar que a referência aos programas acima se configuram, enquanto ações governamentais destinadas à assistência estudantil no aspecto do financiamento das mensalidades, no decorrer do curso. Todavia, as necessidades socioeconômicas dos alunos e as atividades diárias fundamentais para a manutenção do estudante na instituição universitária,

não constam como preocupação central desses programas. (KOWALSKI, 2012, p. 96)

Entramos aqui na terceira fase de Kowalski (2012), que diz respeito ao que se tem hoje em relação a programas e ações do governo para a assistência estudantil nas IFES.

## 2.1- O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES

Em 1994, o FONAPRACE deu início a uma pesquisa quantitativa nas Universidades Federais brasileiras, com o objetivo de traçar um perfil social, econômico e cultural dos discentes.

Em 1997 foram apresentados à ANDIFES e ao MEC os dados resultantes do primeiro perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES brasileiras. Tais dados apontaram a necessidade de elaboração de um plano de assistência estudantil, tendo em vista o número expressivo de estudantes de baixa renda nas universidades federais. (MOTTA, 2013, p. 38)

A partir desse encontro foram definidas algumas diretrizes para o que era chamado de Plano Nacional de Assistência, porém muitas Universidades sofriam com a escassez de recursos e por consequência a pouca oferta de programas de assistência e apoio acadêmico (ANDIFES, 2004, p. 02)

A segunda pesquisa foi realizada entre novembro de 2003 e março de 2004, e foi assumida pela ANDIFES. No total contou com a participação de uma amostra de 47.520 alunos pesquisados, pertencentes a 47 IFES. Nessa nova pesquisa foi utilizada a metodologia adotada em 1997 pelo FONAPRACE e teve a adição de variáveis como a auto declaração de raça e etnia e informática. (ANDIFES, 2004, p. 02)

Com os dados coletados nessa pesquisa foi percebido que cerca de 30% dos alunos das IFES brasileiras são pertencentes à Classe C, o que significa que a sua renda familiar média é de até R\$ 927,00 (cerca de 3 a 4 salários mínimos), seguido por B2 - R\$ 1.669,00 (6 a 7 salários mínimos), considerando os valores de salário da época.

Tabela 1- Distribuição percentual dos estudantes segundo região e classificação socioeconômica - critério ANEP.

Região	Classe socioeconômica							Total de Estudantes
	A1	A2	B1	B2	C	D	E	
Norte	0,5%	6,3%	10,2%	18,7%	42,5%	20,1%	1,7%	39211
Nordeste	1,7%	12,0%	17,1%	21,3%	32,5%	14,4%	1,0%	139683
Sudeste	1,5%	15,9%	22,7%	24,3%	27,7%	7,3%	0,5%	129440
Sul	1,8%	17,8%	24,4%	24,9%	25,6%	5,2%	0,2%	75988
Centro Oeste	2,3%	15,0%	16,6%	18,6%	33,2%	13,6%	0,7%	55751
<b>Total</b>	<b>1,6%</b>	<b>14,0%</b>	<b>19,3%</b>	<b>22,2%</b>	<b>30,9%</b>	<b>11,1%</b>	<b>0,8%</b>	<b>440073</b>
<b>Total de estudantes</b>	<b>7127</b>	<b>61733</b>	<b>85055</b>	<b>97891</b>	<b>135875</b>	<b>49038</b>	<b>3354</b>	

FONTE: ANDIFES, 2004, p. 11

Como podemos observar na Tabela acima, cerca de 70% dos estudantes das IFES necessitam de alguma forma de assistência institucional para permanecer e concluir o ensino superior. Esses estudantes são pertencentes às classes B2, C, D e E, com renda mensal de R\$ 207,00 a R\$1.669,00<sup>1</sup>. (ANDIFES, 2004, p.10)

A última pesquisa realizada pelo FONAPRACE foi em 2018, e revelou que, atualmente, cerca de 0,7 % dos estudantes não possuem renda, com até 2 salários mínimos de renda familiar (até R\$1.996,00) contabilizando 23,5 % dos discentes. No relatório, lembram que os números mudam de acordo com a região do país.

Três a cada 10 estudantes das regiões Norte e Nordeste, 31,7% e 28,2% respectivamente, têm renda mensal bruta do grupo familiar na faixa de Mais de 1 a 2 SM”, enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a relação é de aproximadamente dois a cada 10 estudantes, 18,3%, 19,5% e 20,4% respectivamente. (FONAPRACE, 2018, p. 41)

Imperatori (2017, p. 294) afirma que a partir dessas pesquisas foi possível construir o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído em âmbito federal em 12 de dezembro de 2007, considerado um marco na história da assistência estudantil brasileira, sendo implementado até hoje nas IFES. “A partir do PNAES, a assistência estudantil se efetiva em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência desses estudantes nos seus cursos de graduação” (IMPERIATORI, op cit)

No Artigo 4º da Portaria Normativa do PNAES, seu público alvo é descrito como estudantes de cursos de graduação presenciais que forem selecionados, de

<sup>1</sup> Considerando o salário da época, onde o mínimo era R\$ 260,00.

preferência, por critérios socioeconômicos, tendo também os critérios que cada IFE fixar (BRASIL, 2019). Ao analisar o artigo citado percebemos que o programa deixa a cargo da instituição definir os requisitos necessários para beneficiar-se do mesmo.

Em 2010, essa Portaria foi alterada e o PNAES passou a ser um instrumento jurídico com maior força e estabilidade, ao ser regulamentado pelo Decreto 7.234. Uma das mudanças foram seus objetivos

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I — democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II — minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III — reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV — contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2019)

Em relação às áreas de ação do PNAES, ele define que as IFES devem disponibilizar aos estudantes beneficiados: Moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiências e altas habilidades e/ou superdotação. (BRASIL, 2019)

Imperatori (2017, p. 295) observa que as ações são definidas, porém não as formas de execução, o que faz com que cada instituição decida como oferecer esses serviços da forma que achar melhor, o que gera uma grande diversidade de projetos.

Wandilson Lima e Liliane Ferreira fizeram um levantamento em 2015 através dos sites e documentos encontrados de todas as Universidades Federais brasileiras, recolhendo informações das principais ações de assistência estudantil realizadas por cada instituição levando em consideração as definições do PNAES. A partir desse mapeamento, realizaram um quadro com as ações propostas pelo PNAES e o que as IFES realizaram com os recursos orçamentários destinados a essas mesmas políticas.

Quadro 2- Relação entre as Políticas do PNAES e as Universidades Federais.

Áreas do PNAES	Categorias do PNAES	Ações (políticas públicas e programas) das Universidades Federais
I	Moradia estudantil	Auxílios, Projetos e Bolsas de Moradia Estudantil, Auxílio Instalação, Programa de Residência e Casas de Estudantes
II	Alimentação	Auxílios, Vales e Bolsas Alimentação e Restaurante Universitário
III	Transporte	Auxílios, Apoios e Bolsas de Transportes, Passes livres e Vales-transportes
IV	Atenção à saúde	Atenção, Atendimento, Auxílio, Bolsa, Orientação, Assistência e Promoção em Saúde e Auxílios Óculos
V	Inclusão digital	Curso de Informática, Projetos, Programas, Bolsas e Auxílios de Inclusão Digital
VI	Cultura	Bolsas, Auxílios, Programas e Atenção à Cultura e Apoio para Participação em Eventos Culturais
VII	Esporte	Bolsas, Auxílios, Programas e Apoio para o Esporte
VIII	Creche	Auxílios, Programas e Bolsas Creche e Pré-escolar
IX	Apoio pedagógico	Auxílios, Acompanhamento e Orientação pedagógicos
X	Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação	Auxílios e Bolsas para Pessoas com Deficiência e Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educativas Especiais, Atendimento Psicológico e Social.

Fonte: LIMA e FERREIRA, 2016, p.140

A autonomia de gestão dos recursos disponibilizados às IFES que gera essa gama de possibilidades de serviços está de acordo com a Constituição Federal de 1988, a qual estabelece que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (BRASIL, 1988)

Como é possível ver no quadro, usando o exemplo da moradia estudantil, algumas instituições optam por oferecer residências universitárias gratuitas aos contemplados pelo programa, com toda a infraestrutura necessária, quartos mobiliados e, muitas vezes, até com eletrodomésticos, enquanto em outras instituições são ofertadas bolsas aos estudantes para auxiliar os gastos com moradia, tendo valores variados. (LIMA, FERREIRA, 2016, p. 140)

Essa forma de dar assistência proposta pelo PNAES tem tido uma aprovação satisfatória desde sua implementação. Dados coletados pela ANDIFES em 2011 apontam que:

Os programas de alimentação, bolsa de permanência e transporte são os mais difundidos.

Os programas de alimentação são utilizados por 15% dos estudantes e os de transporte atendem a 10% deles.

Os estudantes das classes C, D e E são os mais beneficiados por esses programas.

O índice de trancamento de matrícula é de 12,4%. Deste universo, 16% são por insatisfação com o curso, 10% por motivos de saúde e 15% por motivos financeiros.

O trancamento de matrícula por insatisfação com o curso é maior nas classes A e B, enquanto por impedimento financeiro é maior nas classes C, D e E. (ANDIFES, 2011)

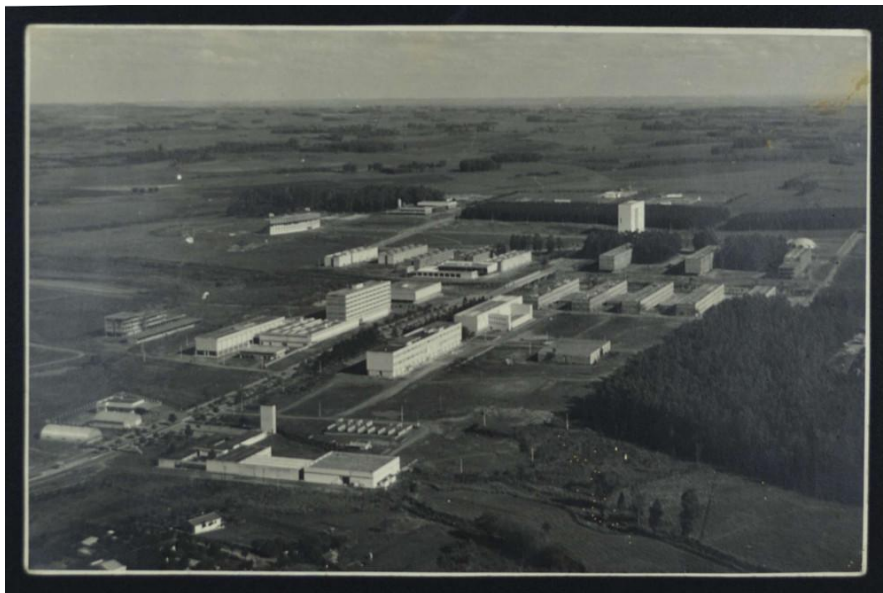
Imperatori (2017, p. 298) ressalta que, apesar dos bons resultados aos discentes, ainda há desafios a serem superados. Um deles é que o PNAES é destinado somente às IFES, deixando de fora as demais instituições que oferecem educação superior. Outro ponto a se refletir é sobre a definição do público que pode beneficiar-se do programa, já que a renda não é o único motivo para que alguém sofra com vulnerabilidades sociais, e se esse valor de renda proposto se aplica a todas as diferentes realidades encontradas no território brasileiro.

### 3- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi fundada em 14 de dezembro de 1960 pelo Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho, inicialmente chamada de Universidade de Santa Maria (USM). Criada pela Lei n. 3.834-C, foi a primeira universidade a ser construída fora de uma capital e a segunda no estado do Rio Grande do Sul. “A Universidade constituiu-se em um marco na história da educação superior brasileira, como a primeira universidade pública instalada fora do eixo das capitais de estado.” (BARICHELO, 2012, p. 28)

Inicialmente, contava com as Faculdades de Farmácia, de Medicina, de Odontologia e o Instituto Eletrotécnico do Centro Politécnico. Em 1962, já contava com oito Faculdades Federais<sup>2</sup> e vinte institutos<sup>3</sup>. Em 1965, foi federalizada pela Lei n. 4.759 e passou a ser chamada de Universidade Federal de Santa Maria. (UFSM, 2019)

Figura 1 – UFSM



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, 2019.

<sup>2</sup> Farmácia, Medicina, Odontologia, Politécnica, Agronomia, Veterinária, Belas Artes e Filosofia, Ciências e Letras.

<sup>3</sup> Física, Matemática, Química, Anatomia, Fisiologia, Patologia, Farmacologia, Ciências Naturais, Pesquisas Bioquímicas, Parasitologia e Micologia, Microbiologia e Imunologia, Medicina Preventiva, Histologia, Embriologia e Genética, Zootecnia, Mecânica, Tecnologia, Solos e Cultura, Fala e Nutrologia e Bromatologia.

Em 2010, a Universidade passou a ser composta por 10 Unidades Universitárias.

A atual estrutura da Universidade comporta dez unidades universitárias: Centro de Ciências Naturais e Exatas, Centro de Ciências Rurais, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Educação, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Tecnologia, Centro de Artes e Letras e Centro de Educação Física e Desportos, Centro de Educação Superior Norte - RS (CESNORS), criado em 2005, e a Unidade Descentralizada de Educação Superior da UFSM em Silveira Martins (UDESSM), criada em 2008. (BARICHELLO, 2012, p 30)

Em 2011, foi anunciada a criação de uma unidade universitária em Cachoeira do Sul (UFSM - CS), advinda do desejo da população da cidade de ter ensino de qualidade em seu município, que movimentou cerca de três mil pessoas em uma manifestação conhecida por “VEM, UFSM”. Em 2013, foi oficializada pela Resolução nº038/2013 do Conselho Superior da Instituição (Consu), dando origem à décima quinta unidade universitária da UFSM.<sup>4</sup> “Além disso, conta com um total de 27.542 estudantes e 1.807 docentes.” (MOTTA, 2013, p.34)

A UFSM tem em seu cerne o comprometimento com a população e vem mostrando esse comportamento desde sua criação, quando foi em direção oposta às outras universidades que, na época, buscavam se inserir nas capitais, procurando assim, trazer educação superior de qualidade para todos, principalmente para a população do meio rural.

A UFSM definiu sua vocação como universidade regional, comprometida com a realidade social da qual faz parte, propondo-se historicamente a manter, cultivar e renovar os conhecimentos e proporcionar educação formativa e permanente à população, pesquisar as causas e levar soluções para os problemas socioeconômicos e, assim, promover o desenvolvimento regional e participar dele. (Universidade Federal de Santa Maria, 35 Anos da Nova Universidade, 1995, p.78)

A cidade de Santa Maria tem a UFSM como uma de suas principais referências, sendo chamada por muitos de “cidade universitária” por conta da grande quantidade de estudantes que se mudam para o município, todos os semestres, para ingressar na instituição. Também é considerada um dos pontos turísticos da cidade, onde muitos moradores passeiam nos fins de semana. Grande parte dos santamarienses já teve uma ligação com a universidade, desde um parente que estude ou trabalhe na UFSM, ou até mesmo em passeios com a família e/ou amigos.

---

<sup>4</sup> Ainda temos o Colégio Politécnico, o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Colégio Agrícola de Frederico Westphalen e a Unidade de Educação Infantil (Ipê Amarelo).



### 3.1- ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFSM

Antes mesmo de sua fundação, foi verificada a necessidade de a Universidade Federal de Santa Maria dar auxílio aos estudantes, já que sua grande maioria era oriundo de áreas rurais e precisava de assistência para permanecerem no ensino superior. “No planejamento da UFSM já estavam previstas ações que proporcionassem sustentação às atividades acadêmicas, como a Moradia Estudantil, o Restaurante Universitário e as bolsas de estudo, presentes no projeto da Universidade.” (BARICHELLO, 2012, p. 90) Graziela Motta (2013, p.34) também diz sobre o assunto:

[...] os princípios que balizaram esta política (moradia, bolsas de auxílio a estudantes carentes e restaurante universitário) são anteriores à normatização e implantação – até mesmo antes de ter sido observada como uma necessidade pelo Governo Federal – nas universidades públicas brasileiras.

Vemos, assim, que a preocupação com os alunos de baixa renda sempre existiu na UFSM, porém as políticas públicas de ações afirmativas que garantem o processo de entrada pelas “cotas” a estudantes negros, indígenas e pessoas advindas de escolas públicas só foram implantadas no ano de 2008, como citado por Motta (2013, p. 40).

Somente em 2010 foi criado o Decreto 7.234, que diz respeito ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem por finalidade garantir a permanência dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior. De acordo com o decreto, a UFSM (bem como as demais IFES) deve desenvolver ações nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.(Decreto 7.234)<sup>5</sup>

Na UFSM, quem administra essas medidas, para que sejam cumpridas tal e qual é dito no decreto é a Pró-reitoria de Assuntos Estudantil (PRAE). Em seu sítio, é delegado à PRAE as funções de planejamento, concretização, supervisão e

---

<sup>5</sup> Ver [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm).

orientação de “atividades universitárias que abrangem o campo cultural, social e assistencial da Política de Assistência Estudantil [...]”.<sup>6</sup>

De acordo com o sítio da PRAE, o principal objetivo da pró-reitoria é garantir a permanência dos estudantes que se encontram em vulnerabilidade social e/ou econômica, ajudando na melhora do desempenho estudantil e da qualidade de vida dos mesmos a partir dos programas que oferece de acordo com o decreto do PNAES.<sup>7</sup>

Para que o aluno tenha acesso a essas medidas ele deve obter o Benefício Socioeconômico (BSE). Para consegui-lo é necessário atender a algumas exigências que comprovem que o aluno se encaixa no perfil de alguém que necessite de auxílio da universidade para permanecer na instituição.

1. Dos critérios de participação: 1.1. Ser estudante, com matrícula e vínculo regular em curso presencial de nível médio, pós-médio, graduação e pós-graduação da UFSM, campus Santa Maria, Frederico Westphalen, Palmeira das Missões ou Cachoeira do Sul e atender aos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções nº 007/2008, 023/2014, 025/2014 e 035/2015; 1.2. Possuir renda per capita inferior ou igual a 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos, em moeda vigente, valor este calculado a partir da renda do grupo familiar, associado a fatores de vulnerabilidade social; 1.3. Não ter sido desligado do Programa de BSE no mesmo nível de ensino para o qual busca a participação; 1.4. Não possuir diploma de curso de mesmo nível de ensino ao qual está solicitando benefício. (UFSM, 2019)

Todo início de semestre – totalizando duas vezes ao ano – é lançado o edital para se conseguir obter o BSE, onde o aluno tem um determinado tempo para mandar à PRAE um conjunto de documentos que comprove a vulnerabilidade socioeconômica do remetente e de sua família, caso ainda dependa de seus membros para se manter. Na hipótese de o aluno ter entrado em um curso a partir das cotas que carece de confirmação de renda, não se faz necessário todos os documentos, já que o aluno comprovou ter um ganho a baixo de 1,5 salário mínimo per capita.

Os programas ofertados pela PRAE atendem as classificações definidas pelo decreto, como observado a baixo:

I- Moradia Estudantil - o primeiro a ser citado é a moradia estudantil, a UFSM dispõe de 6 Casas do Estudante Universitário (CEU), sendo a maior delas a CEU II, localizada no Campus Central da Instituição, com cerca de 1800 vagas.

II- Alimentação - para alimentação, a universidade tem o Restaurante Universitário, sendo dois no Campus de Camobi, outro no centro de Santa Maria, e

---

<sup>6</sup> Ver <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prae/aprae/>.

<sup>7</sup> Ver <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prae/aprae/>.

mais um em cada um dos campi da UFSM (Frederico Westphalen, Cachoeira do Sul e Palmeira das Missões).

III- Transporte - a UFSM dispõe de um auxílio que custeia 50% do pagamento do transporte público usado na ida e na volta da Universidade durante o semestre. Para obtê-lo é necessário se inscrever no edital que é lançado semestralmente e ter BSE ativo. Esse programa é destinado a alunos que moram fora da Universidade. Logo, moradores da CEU II ou III que estudam no campus sede não podem usufruir dessa medida, salvo o caso de o estudante ter aulas nos prédios da UFSM localizados no centro da cidade de Santa Maria, tendo assim que utilizar transporte urbano.

IV- Atenção à saúde - a Instituição disponibiliza atendimento psicossocial de segunda a sexta no Setor de Atendimento Integral ao Estudante (SATIE) e odontológico na PRAE. Caso seja necessário atendimento com um médico, ou locomoção até uma Unidade de Pronto Atendimento, também é concedido o Serviço de Emergência (SEU), que dispõe uma ambulância com médico e enfermeiros que fica estacionado no Hospital Universitário da UFSM. O atendimento é feito de segunda a sexta, das 07 horas às 19 horas. Este serviço específico é aberto a toda a comunidade acadêmica. Para os moradores das CEU's , está sendo implementado o Saúde da Casa, vinculado ao departamento de saúde coletiva do CCS, uma unidade de serviço de atendimento primário de saúde ligado ao Posto de Saúde Wilson Noal. Pela manhã os atendimentos são realizados por um residente e pela tarde por um médico acompanhado por uma equipe de enfermagem, na sala 320 da pró-reitoria (prédio 48-D).

V- Inclusão Digital – nas CEU's todos os apartamentos são equipados com internet e seus moradores tendo a liberdade de utilizar um roteador Wireless. Também há wi-fi em vários pontos da Instituição, sendo abertas para uso de alunos, servidores e professores.

VI- Cultura e VII Esporte – o SATIE também dispõe de diversas oficinas que ocorrem no decorrer do semestre letivo, que promovem um espaço de vivência de expressões artísticas, culturais e esportivas para a população universitária. Dentre as oficinas encontram-se: ações de dança, produção artística, plataforma cultural, elaboração e preparo de alimentos/culinária, atividades físico-esportivas e jogos.

VII- Creche – a unidade de educação da UFSM é Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, localiza-se no campus principal em Camobi. Porém para um (a)

aluno (a) conseguir uma vaga para seu filho (a) é necessário passar por um sorteio, no qual não se faz necessário ter vínculo com a Instituição para participar, o que faz com que seja bastante concorrido e acaba dificultando o acesso, até mesmo para a comunidade acadêmica da UFSM, isso se deve, justamente, pelo fato de que o Ipê é um Núcleo da Universidade Federal de Santa Maria. A PRAE oferece auxílio as mães das crianças que não conseguirem vaga nas creches públicas no valor de R\$ 375,00, pois há obrigatoriedade, por lei, do município suprir essa demanda.

VIII- Apoio Pedagógico – a PRAE oferece um auxílio que tem a finalidade de custear parte dos custos dos materiais que se fazem necessários para os alunos de certos cursos - como, por exemplo, os instrumentos utilizados no curso de odontologia e as matérias de desenho para Desenho Industrial - mas que a UFSM não disponibiliza. Também são feitos editais, duas vezes por ano, e se destinam somente a alunos que tenham o BSE ativo.

IX- Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação – para estes, existe um órgão executivo do Gabinete do Reitor chamado Coordenação de Ações Educacionais (CAED), para o qual a PRAE destina parte da verba do PNAES. Este se estrutura a partir do Observatório de Ações de Inclusão e de três núcleos: Núcleo de Acessibilidade, Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnicos Raciais e Indígenas e Núcleo de Apoio à Aprendizagem. O Núcleo de Acessibilidade tem como principal função oferecer condições de acessibilidade e permanência aos alunos e servidores da Universidade Federal de Santa Maria. “Para quem são voltadas as ações: Alunos e servidores que apresentam ou estão em contato com a realidade das necessidades educacionais especiais: Transtornos do Espectro do Autismo; Altas habilidades/superdotação; Deficiências; Surdez.”<sup>8</sup>

Dado ao caráter elitista da época em que a UFSM foi fundada, é percebido uma atitude inovadora para a época, o fato de que desde seu início forem pensadas formas de fazer com que os alunos pertencentes a camadas menos favorecidas da sociedade tivessem, não somente acesso, mas também auxílios para permanecerem na Universidade. (MOTTA, 2013, p. 44)

Em 2012, Barichello (p. 97) aponta que a Universidade Federal de Santa Maria disponibilizava recursos próprios para beneficiar cerca de cinco mil estudantes, o que

---

<sup>8</sup> Ver <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/> .

garantia para a Instituição, na época, uma das melhores médias do país se tratando de Assistência Estudantil.

### 3.2- CASAS DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO

A Casa do Estudante Universitário I (CEU I) da UFSM foi inaugurada em 1963, no centro do município de Santa Maria, onde foi construído um prédio de oito andares com cerca de 200 vagas. Em 1968 foi criada a Casa do Estudante Universitário II (CEU II), “[...] onde inicialmente abrigava cerca de 100 estudantes em um bloco que atualmente expandiu este número para 22 blocos.” (MOTTA, 2013, p.44)

Figura 2 - CEU II



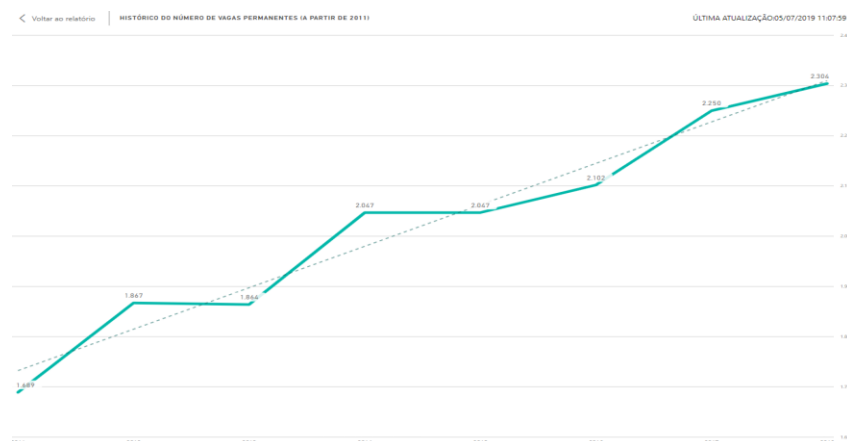
Fonte: Projeto Retalhos da Memória de Santa Maria, 2019.

Em 2018, foram inaugurados mais alguns blocos, totalizando hoje 26 blocos, que abrigam cerca de 1870 pessoas. De acordo com a PRAE, há previsões de esse número de vagas aumentarem em mais uns anos, já que a CEU II continua seu processo de expansão.

Hoje, a UFSM conta com 6 casas do estudante espalhadas pelos seus 4 campi, mais em Cachoeira do Sul em fase de conclusão de obras, com previsão de quase 80 vagas. Na cidade de Santa Maria, são 4 casas do estudante: a CEU I localizada no centro da cidade que conta com 227 vagas; a CEU II localizada no campus em camobi sendo para os alunos de graduação, técnico e ensino médio com 1871 vagas; a CEU III destinada à pós-graduação que divide o prédio com os apartamentos destinados aos funcionários em regime de trabalho especial - não há mais entrada desses, porém ainda restam alguns que já estavam residindo na CEU III antes dessa mudança - com 79 vagas e a CEU Indígena com 98, que foi inaugurada no ano de 2018.

A CEU IV e a CEU V localizam-se, respectivamente no campus de Frederico Westphalen - 72 vagas - e a outra em Palmeira das Missões com 62. As 6 moradias citadas oferecem cerca de 2400 vagas de acordo com dados disponibilizados pela Pró-reitoria de Planejamento, dessas, sendo ocupadas cerca de 2300.

Gráfico 1- Número de Vagas Permanentes



Fonte: UFSM em Números, PROPLAN.<sup>9</sup>

De acordo com uma pesquisa feita para este projeto, a partir de informações encontradas nos sites das 63 Universidades Federais brasileiras, a UFSM é a Universidade Federal que oferece o maior número de vagas de moradia estudantil do Brasil - 2300 como dito anteriormente -, seguida da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) que oferece 1332 vagas. É importante ressaltar que, cerca de, metade

<sup>9</sup> Ver

(<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaZGRiNjAxYTMtNTkwYy00MDZhLWEzMmQtMzg2YWVknjAxNDFlkiwidCI6Ijlk3OTAyMGQ1LTQ5NTAtNGY0My1hOTk0LTg4ZDY4M2VhYjQ3MyJ9>)

dos sites não disponibilizam informações sobre suas residências estudantis, e sequer retornaram o contato por e-mail que realizei na tentativa de juntar essas informações, o que dificulta rankear as moradias.

Como dito anteriormente, o acesso à moradia está prevista pelo PNAES desde julho de 2010, através do Decreto 7.234. (MOTTA, 2013, p. 68)

Para que um aluno se torne morador da CEU I, II ou III, que localizam-se em Santa Maria, é necessário possuir o Benefício Socioeconômico (BSE), no caso das CEU's I e II é primordial a estadia de, no mínimo, uma semana na moradia provisória, chamada União Universitária, que fica ao lado da CEU II.

Para se estabelecer nesta moradia, o aluno precisa ser oriundo de outro município que não seja Santa Maria/RS, e estar com poucos utensílios, geralmente se indica que o discente traga somente roupas, colchão, roupas de cama e materiais de higiene pessoal. O estudante fica nesse local até que seu Benefício Socioeconômico seja deferido pela PRAE, que é quando ele comprova, a partir dos documentos solicitados, ter uma renda inferior a um salário mínimo per capita. A partir desse deferimento ele pode começar a procurar uma vaga nos apartamentos das CEU's – I e II. O caso da CEU III é diferente, pois a entrada é por edital, seguido de resolução própria.

Nessa moradia são disponibilizados 3 grandes quartos: um feminino com cerca de 80 vagas, um masculino com cerca 70 e um misto que dispõe em torno de 50 vagas. Nesse espaço, são enfileirados beliches com o espaço de cerca de um metro entre elas.

Na União, os recém-chegados já começam a entender um pouco mais sobre o espaço que provavelmente passarão anos de suas vidas, as regras, direitos, deveres e estatutos que regem as moradias. (MOTTA, 2013, p. 51)

Além disso, na União Universitária, os alunos criam laços entre si, ajudando uns aos outros, pois, querendo ou não, alguns passarão até meses juntos em um espaço pequeno e sem privacidade, o que faz com que muitos desses laços ultrapassem o término de seus cursos sendo levados para a vida fora da academia.

Ali se criou um espaço formador de representações sobre um estilo de vida universitário que se diferia de outros estudantes que não utilizavam o programa de assistência estudantil. Formas diferenciadas de olhar para o mundo ou de conceber o meio que os cercavam. Viver na Universidade era fazer dela, sua própria casa. (MOTTA, 2013, p. 95)

Cada casa do estudante tem sua Diretoria, que é um grupo de estudantes que se propõe a ajudar a Instituição na organização dos alunos moradores das CEU's. Cada CEU tem uma forma de eleger esses estudantes/representantes. Na CEU II, por exemplo, são feitas chapas e uma eleição para decidir qual o grupo de estudantes que comandará a Diretoria pelo período de 1 ano; já na CEU III não há uma eleição por falta de chapas interessadas, então os alunos se organizam entre si e aqueles que se oferecerem ficam responsáveis.

A Diretoria da CEU II é reconhecida pela UFSM como uma “direção executiva” e tem suas funções listadas no Estatuto da CEU II:

- I - atividades inerentes ao controle e distribuição das vagas nos apartamentos;
- II - emissão de comprovantes de residência; Semana da Calourada – que acontece uma vez a cada semestre, promovendo o acolhimento de calouros;
- III - executar decisões tomadas nas Assembleias Gerais da CEU II ou pelo Conselho de Moradores - que é um conselho formado por um morador de cada bloco;
- IV - realizar reunião com os moradores da CEU II e da União Universitária quando necessário;
- V - disponibilizar balancetes financeiros da CEU para os estudantes a cada 6 meses;
- VI - disponibilizar e facilitar o acesso aos serviços da Universidade aos estudantes e;
- VII - representar os moradores da CEU II e seus interesses perante a Instituição. (UFSM, 2019)

### 3.3- MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFSM

Na semana da “calourada”, é realizada uma espécie de iniciação dos novos estudantes, onde são incentivados a entender melhor como é se viver na CEU e quais as possibilidades de participação no movimento estudantil, pois quanto maior a



participação e quantidade de pessoas envolvidas, maiores as chances de se garantir os direitos dos moradores.

A Casa do Estudante Universitário II possui um sítio<sup>10</sup> que fica sob a gestão da Diretoria da CEU II. Nesse site há um texto, que faz uma espécie de linha de tempo referente às conquistas do movimento estudantil da casa do estudante ao longo de seus 40 anos (o texto foi escrito em 2008, fazendo com que o mesmo esteja defasado e sem os recentes progressos do movimento estudantil dos moradores, já que atualmente, a CEU II completou 51 anos).

O texto é escrito de forma coloquial e anônima, e é evidente em alguns trechos que a relação da Diretoria com a Instituição não era muito amistosa. Também é citado que os integrantes da Diretoria, assim como o DCE, até meados dos anos 80, eram indicados pelos Reitores da UFSM, mas depois os alunos conseguiram o direito de uma eleição democrática, sendo assim, a Diretoria conseguiu mais autonomia perante a Instituição.<sup>11</sup>

De acordo com Motta (2013, p. 87), essa ideia é reforçada nas falas dos seus entrevistados que participaram da Diretoria da Casa durante suas estadias na CEU II, onde os mesmos salientavam o caráter autônomo na gestão, que orgulhavam-se muito dessa conquista e prezavam pela manutenção dessa identidade da Diretoria por parte dos membros que estrassem na gestão posteriormente. Assim, a autora conclui que

A defesa por autonomia na gestão da moradia da CEU e seu caráter de luta para manter os direitos conquistados pelos estudantes, dava-se por meio da contestação de quaisquer medidas que fossem anunciadas pela administração. Se isso se relacionava com os estudantes, era amplamente debatido em Assembleias. Cada vitória alcançada, ou seja, cada aumento na tarifa de transporte que fosse barrada ou qualquer outra pauta lançada à administração da universidade que fosse cumprida somavam-se ao sentimento de vitória e fortalecimento da autonomia destes estudantes. (MOTTA, 2013, p. 88)

Atualmente, ainda é evidente o conflito entre dirigentes e dirigidos, causado, muitas vezes, por divergências políticas e ideológicas. Mas isto está presente em inúmeras Universidades Federais, já que muitas delas também oferecem residências estudantis que possuem diretorias, ou equivalentes grupos de estudantes, que lutam em prol dos interesses dos moradores.

<sup>10</sup> Ver <http://w3.ufsm.br/ceu2/site/>.

<sup>11</sup> Ver [http://w3.ufsm.br/ceu2/site/?page\\_id=41](http://w3.ufsm.br/ceu2/site/?page_id=41) .

A Secretaria Nacional de Casas do Estudante (SENCE) é um órgão considerado por seus membros como um “movimento social autônomo, independente e apartidário”. A SENSE é responsável por organizar encontros nacionais para moradores das residências estudantis das Instituições filiadas ao movimento – atualmente, cerca de 18 Universidades – onde são discutidos os direitos dos estudantes, são feitas trocas de experiências entre os presentes e proposta melhorias para as Instituições que necessitarem. Em seu site é citado como seu objetivo principal:

Coordenar a luta das moradias estudantis pela formulação de uma Política Nacional de Assistência Estudantil, bem como o ensino público gratuito e de qualidade, seu reconhecimento e assistência por parte dos Governos e Instituições de Ensino Superior. (SENSE, 2019)

A UFSM é uma das 18 universidades citadas acima, todos os anos, estudantes moradores das CEU's vão aos encontros nacionais promovidos pela SENCE, chamados de ENCE (Encontro Nacional de Casas do Estudante). Esses encontros acontecem, anualmente, nas moradias estudantis das instituições participantes da secretaria, com a duração de uma semana. No final desse evento, é decidido qual será a próxima universidade a ser visitada, e o principal critério de escolha é a Instituição que mais necessita de assistência.

O último ENCE foi realizado em julho de 2019, no estado do Rio de Janeiro na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), campus da Ilha do Fundão. O local foi escolhido por conta de um incêndio que ocorreu na casa do estudante do mesmo campus, em 2018. Durante a semana do evento, houve inúmeros espaços de discussões onde os participantes decidiam as medidas a serem cobradas da reitoria de forma a solucionar a problemática da moradia. Durante o encontro, é tirado um dia em que os presentes, juntamente com os alunos do campus sede, fazem um ato até a reitoria, solicitando que suas reivindicações sejam ouvidas.

De acordo com a integrante da SENCE, Paola Silva (2019), moradora da CEU II da UFSM, em seu cerne, o ENCE é um movimento nacional onde os estudantes apoiam aqueles que mais necessitam de ajuda, onde moradores de casas do estudante de todo o Brasil se organizam na luta por melhorias.

### 3.4- OCUPAÇÕES

A história do movimento estudantil dos residentes das moradias da UFSM é cercada de conquistas e de conflitos, travados com a administração da mesma, desde muito cedo e uma das formas de protesto mais utilizadas foram as ocupações.

As obras dos blocos não conseguiam acompanhar a demanda de estudantes que necessitavam da moradia para se manter em Santa Maria, então, a superlotação das CEU's sempre foi um grande problema e o enfrentamos até hoje. Motta (2013) afirma que os primeiros blocos a serem feitos foram os 11, 12, 13 e 14, no início da década de 1980, e o bloco 15 estava inacabado. Enquanto isso, haviam dezenas de estudantes dormindo nos corredores dos blocos por falta de vagas nos apartamentos já lotados.

“Em 1983 foi iniciada a construção da União Universitária, um espaço destinado ao lazer de professores, estudantes e funcionários, onde seriam disponibilizados salas de jogos e restaurante com serviços terceirizados”. (MOTTA, op.cit.) Enquanto isso, os alunos ainda enfrentavam o problema de falta de vagas, e esse cenário acabou por propiciar uma das primeiras ocupações dos moradores.

O problema da superlotação persistiu, até que em 1989 os estudantes ocuparam o prédio da União Universitária para protesto e para remediar a situação da moradia na UFSM. Os protestos dos estudantes se direcionavam à construção “fútil” de um prédio em detrimento da construção de novas moradias. (MOTTA, 2013, p.69)

Com a ocupação da União Universitária, muitas entidades políticas, religiosas e partidárias apoiaram a ocupação dos escombros – nome dado aos blocos inacabados pelos estudantes - do bloco 15 até que a reitoria cedesse às demandas solicitadas, entre elas, o término da construção do mesmo. (MOTTA, op.cit)

Durante esses 51 anos de CEU II, houve muitas outras ocupações em busca de melhorias na assistência estudantil. Outro episódio bastante citado foi em 2007, na reitoria, como consta no site da Casa do Estudante Universitário II:

E foi visando cobrar as promessas do senhor Reitor que em 2006 e 2007, o Movimento Estudantil da UFSM construiu a Campanha pela Assistência Estudantil, onde apresentamos nossas reivindicações à reitoria e culminando com a Ocupação da Reitoria (de 30/5 a 1/6), onde conquistamos o Reajuste das Bolsas de R\$ 90,00 para R\$ 130,00 que estavam defasadas em mais de 100% (e a garantia do seu reajuste anual, proporcional ao orçamento da UFSM), o término dos Blocos 34 e 35 até fim de 2008 (vencendo o mito de que estes estavam condenados e não poderiam ser concluídos), a ampliação horizontal do R.U. e sua abertura até as 13:30hs, a redução do preço do xérox na UFSM com o fim do monopólio da Sul Cópias e impediu-se a venda do Prédio de Apoio. (UFSM, 2019)

E essas reivindicações vêm sendo feitas até hoje. A mais recente ocupação foi realizada em 2016 – essa não sendo somente das CEU's, mas sim, de todo o movimento estudantil, tendo sido aderida em mais de 200 universidades e escolas gerando uma movimentação nacional. Na UFSM, teve início no dia 8 de novembro de 2016, com os alunos de Geografia ocupando o prédio em que são ministradas suas aulas, o que acabou por trazer o debate para outros centros e outros cursos aderiram a ocupação. No total, foram 15 prédios ocupados e 43 cursos paralisados em todos os campi da universidade, durante os 30 dias de reivindicações os manifestantes se opuseram à PEC 241, que era considerada uma ameaça aos investimentos para a educação pública do país. Segundo Matéria do jornal El País, a PEC tinha:

(...) como objetivo frear a trajetória de crescimento dos gastos públicos e tenta equilibrar as contas públicas. A ideia é fixar por até 20 anos, podendo ser revisado depois dos primeiros dez anos, um limite para as despesas: será o gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação (na prática, em termos reais - na comparação do que o dinheiro é capaz de comprar em dado momento - fica praticamente congelado). (EL PAÍS, 2016)

Nesse mesmo período, foi realizada uma assembleia estudantil com a intenção de legitimar as ocupações, dando suporte à greve que estava sendo realizada por professores e técnicos administrativos da instituição. No dia, compareceram cerca de 5 mil estudantes, sendo a maior assembleia feita, nos últimos 20 anos, da UFSM, e considerada uma das maiores do país. Na ocasião, os estudantes dividiram-se em dois grupos com opiniões divergentes: de um lado estudantes apoiando a greve e a favor das ocupações, e do outro lado alunos contrários que eram a favor da manutenção das aulas (REVISTA TXT, 2019).

Figura 3- Assembleia Estudantil da UFSM em 2016.



Fonte: GauchaZH, 2016

A ocupação dos Centros da UFSM teve fim no dia 07 de dezembro de 2016, após ser deferida a liminar de reintegração de posse solicitada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE)<sup>12</sup> que, desde o início, se mostrou contrário às ocupações, participando do movimento “DesocupaUFSM”. No dia 13 de dezembro de 2016, a PEC 241 foi aprovada no Senado, o que ressalta a falta de consideração do governo frente a opinião dos brasileiros, não demonstrando interesse em um diálogo com a população.

A Revista TXT (2019) aponta que a grande conquista das ocupações de 2016 nas Universidades, foi a oxigenação do movimento estudantil. Dessa forma, percebemos que na UFSM o movimento estudantil é ativo, permanece na luta por melhorias na assistência estudantil e contra o sucateamento das universidades públicas, na busca por uma educação de qualidade e inclusiva.

---

<sup>12</sup> Na época, a chapa que estava comandando o DCE pertencia à um viés mais conservador e de direita, sendo alguns integrantes abertamente favoráveis PEC.

#### 4- MULHERES NA LUTA

O processo de conquista de direitos das mulheres sempre foi envolto em lutas e embates, não só no Brasil. Em uma sociedade onde o patriarcado e a soberania masculina dominam – até os dias de hoje -, as mulheres necessitam traçar incansáveis enfrentamentos para obter equidade de direitos.

De acordo com Katiucia Pletiskaitz (2018, p. 73), dois grandes marcos históricos pela representação da cidadania foram, as Revoluções Americana e Francesa – 1776 e 1789 respectivamente – mas nenhuma delas contemplavam as mulheres, pois as mesmas não eram consideradas cidadãs.

No caso da Revolução Francesa, a exclusão política das mulheres perpetuou até o ano de 1944. A Finlândia foi o primeiro país a conceder o direito de voto às mulheres, no ano de 1906, sendo a Suíça o último país a ter este avanço político, no ano de 1971 (PEREIRA apud PLETISKAITZ, 2018, p.73).

No Brasil, as mulheres conseguiram o direito ao voto em 1932, a partir do Código Eleitoral do mesmo ano, porém ele apresentava inúmeras restrições para que houvesse essa participação política: somente mulheres casadas e com autorização do marido poderiam votar, salvo as solteiras ou viúvas que tivessem renda própria. (SANTOS apud PLETISKAITZ, 2018, p. 73)

Bruna Osório (2014, p.31) afirma que, quando uma minoria adquire importância, certo domínio em uma esfera na qual, até então, não eram considerados qualificados, a maioria se surpreende, já que a necessidade de ser socialmente reconhecido faz com que esse indivíduo se torne visível.

No século XX, as mulheres começaram a se movimentar para que adquirisse o direito à educação formal e ao letramento, porém isso era entendido como uma possibilidade de libertação das mulheres. “Compreendia - se que a submissão, a opressão e a dominação pelas quais as mulheres estavam submetidas poderiam ser rompidas através do acesso à educação”. (PLETISKAITZ, 2018, p. 74)

Mesmo com represálias, as mulheres continuaram na luta, pois de acordo com Osório (2014, p. 32), elas sabiam que aquelas conquistas não eram um bem individual, era para todas as mulheres, portanto tornam-se empoderadas não somente para lutarem por seus direitos, mas também pelos do coletivo.

A situação no Brasil era um pouco mais amena e aliada às classes mais altas, tendo maior resistência dos conservadores. As brasileiras tinham como principal

objetivo estudarem para serem melhores mães e para serem mais capacitadas para educarem seus filhos. (PLETISKAITZ, 2018, p. 74)

Diferentemente das feministas inglesas e norte-americanas, as mulheres brasileiras se utilizavam da persuasão e do convencimento, aliando-se e se utilizando do ideário burguês para assim garantir o direito das mulheres à educação, em uma perspectiva disciplinadora e não revolucionária. Sob um ideário religioso fortemente presente da Igreja Católica, a mulher educada era dócil e submissa, um ser dotado de alma e não de inteligência, aproximando-se da personificação da Virgem Maria (ALMEIDA apud PLETISKAITZ, 2018, p. 76)

Nesse sentido, destacam-se as organizações chamadas de Clubes das Mães, localizadas, principalmente, em bairros pobres onde as mulheres reuniam-se para discutir e buscar melhorias em seus direitos. Essas organizações tinham forte apoio da Igreja Católica. (PLETISKAITZ, 2018, p. 77)

Esses grupos não se consideravam feministas, mas ao proporcionar a essas mulheres discussões e encontros para reivindicar melhorias na saúde, educação, entre outros, incentivaram muitas mulheres a conquistarem o cenário político e passarem a ocupar os espaços públicos.

Apesar das desigualdades de gênero presentes na educação, é inegável que a trajetória e as conquistas das mulheres brasileiras no campo da educação mostram-se brilhantes. As mulheres que, no período colonial, tinham a incumbência dos cuidados com o lar e com os filhos, passaram a participar, ainda que de maneira tímida, nas escolas públicas mistas do século XIX. Posteriormente as mulheres passaram a exercer a docência do ensino primário e hoje representam a maioria em todos os níveis de escolaridade, atuando expressivamente na docência da Educação Superior (PLETISKAITZ, 2018, p. 64)

Referente ao crescente número de professoras, Osório (2014, p.33) conta que, ao exercerem o papel de “mãe” e “educadora”, as mulheres ganharam valorização social no Brasil, já que “seriam mais capazes de cuidar, educar, e disciplinar as crianças”, mas isso é consequência de uma cultura patriarcal. O que também reforça essa afirmativa é que, mesmo ocupando a maioria das vagas de docentes, os homens continuaram nas posições de poder, como direção e funções administrativas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2015, realizou uma pesquisa sobre a escolaridade dos brasileiros, que apontou que dos discentes que estudam 15 anos ou mais, as mulheres compõem 14,3% e os homens configuram 11,6%, já o índice de analfabetos maiores de 15 anos é maior na população masculina, com 8,3% e feminina com 7,7%. (IBGE apud PLETISKAITZ, 2018, p. 64)

Se, por um lado, os números permitem inferir que, na educação, a barreira entre os sexos vem sendo amenizada, por outro, a igualdade de oportunidades para todos ainda está longe de ser alcançada, sobretudo quando observamos as questões étnico-raciais, de gênero e de classe social. Essas categorias são indispensáveis para pensarmos criticamente as questões de desigualdade no Brasil, visto que estas são históricas e estão longe de serem erradicadas. (PLETISKAITZ, 2018, p. 65)

PLETISKAITZ (2018, p.78) também afirma que, nesse novo cenário, onde as mulheres ocupam grande parte das vagas das Instituições de Ensino Superior, sentiu-se a necessidade de criação de estratégias que, não somente visassem o acesso, mas também garantissem a permanência das mesmas. Uma das principais demandas está o fato de que algumas estudantes realizam a graduação e atividades acadêmicas, enquanto lidam com a maternidade. “(...) os espaços acadêmicos não foram pensados para receber mulheres, sobretudo mulheres com filhos”. (PLETISKAITZ, 2018, p.50)

Quanto a essa demanda, a Constituição Federal de 1988 garante o direito à creche e à pré-escola a crianças até 5 anos, e mais direcionados às IFES temos o PNAES, que tem como uma de suas ações previstas a creche para Educação Infantil.

A cada ano, percebemos o aumento de alunas egressas das classes populares nas IFES, isso indica a necessidade de mudanças de paradigmas historicamente presentes nas universidades, já que hoje ela se compõe de uma grande diversidade humana. (PLETISKAITZ, 2018, p.51)

#### 4.1- CONQUISTA DE DIREITOS NA UFSM

A Universidade Federal de Santa Maria foi fundada no ano de 1960, e como a maioria das IFES, ela foi criada a partir do viés patriarcal e soma-se a isso o advento da ditadura militar. Em 1963, foi inaugurada a CEU I e, em 1968, a CEU II, destinadas, na época, somente aos estudantes homens. Namoradas ou mães dos alunos somente eram permitidas no hall dos blocos e ali eram feitas as visitas, jamais podendo entrar nos apartamentos.

Osório (2014, p. 39) afirma que esse fato é uma limitação na igualdade entre gêneros, que se reflete na invisibilidade frente à política e outras posições nos dias atuais. Essa situação continuou até o final da década de 70, quando quatro mulheres decidiram ocupar um apartamento da CEU I, sendo importante ressaltar o cenário político da época – ascensão do feminismo e final da Ditadura Militar. Após alguns



dias, abriram as vagas para outras estudantes e ocuparam outro apartamento da CEU II, onde residiram até o final de suas graduações.

O fato, na época, causou várias discussões, já que partes dos estudantes eram favoráveis, e outros contra, a entrada das mulheres na CEU. Osório (2014, p. 63) afirma que jornais fizeram entrevistas, chamando homens para falar sobre a “invasão feminina”. A autora destaca um recorte de uma dessas entrevistas do jornal A Razão com o presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes) Gilberto Lang.

AR: Como tu justifica a presença da mulher na Casa do Estudantil masculina?; GL: Eu mudaria um pouquinho a tua pergunta. Seria como eu vejo a luta pela moradia feminina.; AR: Não se trata disso, da moradia feminina, e sim da entrada feminina na Casa do Estudante.; GL: Eu vejo com muito bons olhos. (risos...) Realmente, isto aí foi uma luta que foi levantada dentro da casa do Estudante aqui do centro, o ano passado, quando foi desenvolvida uma campanha no sentido da liberdade de acesso das mulheres à Casa do Estudante. Eu acho isso realmente uma coisa muito importante. Não sei se todos têm claro o que é a vida estudantil, é uma peça única, onde moram três ou quatro estudantes, aquele é o ambiente único para eles todos, seja para dormir, seja para estudar, seja para diversão. A vida do morador de Casa de Estudante é bastante reprimida. Então, nesse sentido, a questão do acesso das mulheres é uma abertura a mais. Porque eu vejo isto simplesmente como liberdade das mulheres entrarem na Casa do Estudante, sejam colegas de aula, sejam famílias. Antes chegava uma irmã, a mãe de um morador, ela tinha que esperar na sala para que fosse chamado o aluno. Hoje não... (A RAZÃO, 25/05/80, s. p.)

Apesar de o entrevistado se mostrar favorável ao movimento das mulheres para terem oportunidade de residirem nas Casas do Estudante da UFSM, percebe-se ao início da entrevista um tom de escárnio, quando o mesmo fala que “vê com bons olhos”, frase com duplo sentido, podendo significar que as mulheres presentes na CEU são algo bonito para ver-se no local.

Por travarem essa luta com a Universidade em busca de igualdade de direitos, essas mulheres são lembradas até hoje. Há alguns anos alunos pintaram uma homenagem na entrada do bloco ao qual elas ocuparam – bloco 12 da CEU II.

Figura 4- Entrada do Bloco 12



Fonte: MOTTA, 2013, p.45

Sueli Salva (2017, p. 30) afirma que, no âmbito da universidade, as mulheres sempre tiveram que conquistar seus direitos, já que esses não eram garantidos, é perceptível que essa situação vem se modificando graças ao esforço de décadas de movimento feminista. Katiúcia Pletiskaitz (2018, p. 44) também faz uma reflexão sobre:

Pode-se entender que, segundo o histórico da CEU I, II e III, que a resistência e persistência dos estudantes compuseram e compõem o processo de conquistas de direitos, o engajamento político e a organização estudantil fazem parte da construção do Ensino Superior público e gratuito. No mesmo sentido, destacamos para além do acesso à moradia dos (as) jovens, a permanência das crianças que passaram a residir na CEU, sobretudo na CEU II.

As crianças as quais a autora faz referência são os filhos das (os) estudantes moradores das CEU's. Salva (2017, p.38) afirma que alguns estudantes constituem família durante o tempo em que estão na universidade. Nesse sentido, se vêem diante da paternidade e maternidade de várias formas distintas. É importante pontuar que essas crianças, por muitos anos, moraram na CEU clandestinamente. Seus pais realizavam acordos com a Diretoria da CEU para mantê-los nos apartamentos, muitas

vezes, tendo que morar com outros estudantes, caso não conseguissem um apartamento vazio. Isso se devia a Resolução 004/2008<sup>13</sup>, em seu Art. 2º que previa que o programa de moradia estudantil se destinava somente e individualmente ao estudante contemplado pelo Benefício Socioeconômico, não se estendendo a dependentes.

Salva (2017, p.33) evidencia que as regras legalmente construídas começam a ser rejeitadas e subvertidas, criando a necessidade de novas. Essa forma de agir, muitas vezes, abre portas para que sejam construídas novas normas de forma legal. Nesse sentido, foi a partir de uma ocupação da reitoria em 2014 feita pelos moradores da CEU que deu origem à Resolução 025<sup>14</sup>, de 30 de outubro de 2014 que prevê:

Art. 2º A Moradia Estudantil PRAE-UFSM é direito do estudante incluído no Programa de Benefício Socioeconômico (BSE) da PRAE, podendo ser extensível a filhos menores de doze anos, cuja necessidade deve ser comprovada por meio de parecer social feito pela PRAE.

3º Para os dependentes com idade inferior a cinco anos que morarem com os responsáveis nas residências estudantis ou com responsáveis detentores de auxílio moradia será concedido auxílio creche em valor equivalente a uma vez e meia o valor da bolsa PRAE, condicionado à comprovação de inscrição e negativa de vaga na rede pública municipal de creches e pré-escolas mais próximas do Campus da UFSM, onde o estudante estiver matriculado. (BRASIL, 2014)

Além dessas grandes conquistas, nessa mesma resolução também passam a poder morar na CEU II menores de idade que frequentem o ensino médio e técnico ofertado pela UFSM.

Essa resolução, como afirma Salva (2017, p. 33), foi pioneira no país. Apesar de outras IFES – Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas – disponibilizarem estúdios para as famílias, nenhuma outra oferece tal atenção a crianças moradoras de residências estudantis. A autora ainda lembra que no ano de 2013 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) uma aluna teve que deixar a casa do estudante após ter seu filho, já que a universidade alegou que o local não era adequado para que uma criança crescesse.

Após a resolução 025/2014 da UFSM, foi garantido a esses pais e seus filhos o direito das crianças ocuparem uma vaga de moradia com seus pais, geralmente sendo utilizados apartamentos com duas vagas, assim garantindo maior privacidade para todos. Atualmente, na UFSM, existe um grupo de mães que buscam melhorias

<sup>13</sup> Ver <http://w3.ufsm.br/geografia/images/004-08.pdf> .

<sup>14</sup> Em contrapartida, atualmente a PRAE afirma que essa Resolução já estava sendo discutida desde o início do ano de 2014, e que a ocupação na época foi realizada tendo outras pautas.

para que as necessidades de seus filhos sejam atendidas. Nesse contexto, é interessante pontuar que o número de crianças na CEU II tem aumentado nos últimos anos – de acordo com Salva (2017, p. 38) em 2010 havia 7, em 2015 haviam 15. Segundo informação obtida pessoalmente, em 2019, a PRAE estima que tenham cerca de 22 crianças nas CEU's de Santa Maria (I, II, III e Indígena)

Hoje, a criança é tratada tal qual um estudante, além de receber um auxílio creche de R\$ 375,00 (caso não esteja em uma), a mãe pode levar seu filho ao RU, tendo ele a garantia de uma matrícula e uma carteira de estudante para acessá-lo (o que também garante uma porção a mais de comida da distribuição feitas aos sábados, com mantimentos para o almoço, janta e café da manhã de domingo – já que o RU funciona somente de segunda a sábado). Além disso, as mães, os pais e as crianças têm acompanhamento psicológico e também atenção especial do médico e enfermeiras da Equipe da Saúde da Casa aos estudantes moradores da CEU.

A mais recente conquista do grupo de mães foi o encaminhamento para a realização de uma brinquedoteca para seus filhos em uma sala da CEU que estava até então em desuso.

Outra grande problemática enfrentada pelas moradoras da CEU II – assim como para a maioria das mulheres -, é o assédio e a violência. Na CEU já ocorreram inúmeros casos de assédio e, muitas vezes, a UFSM acaba por não conseguir erradicá-los da melhor forma, seja por falta de recursos financeiros ou por não terem preparo para lidar com a situação, ou até mesmo por falta de respaldo legal e jurídico. Um exemplo é o que vinha ocorrendo há anos na casa, nos blocos onde os banheiros são compartilhados, onde mulheres foram fotografadas enquanto tomavam banho por homens que provavelmente não possuíam vínculo com a UFSM.

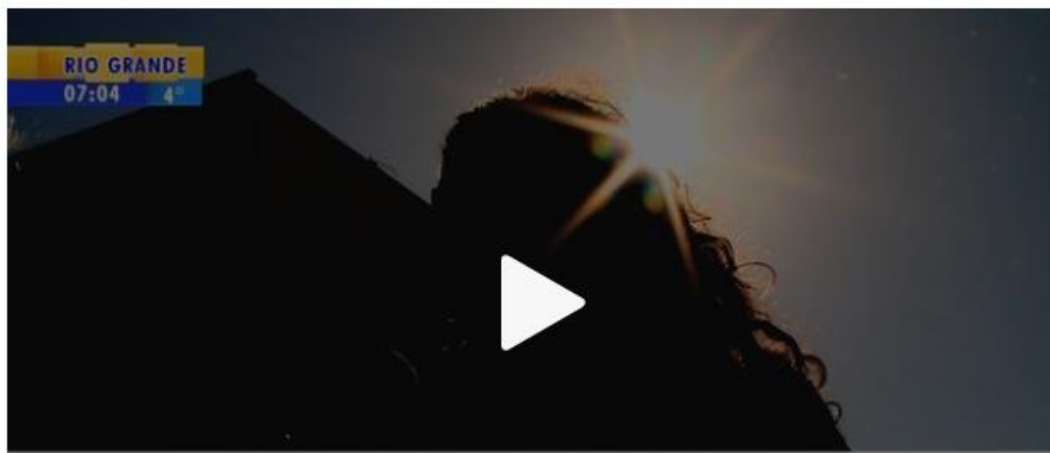
Figura 5 – Reportagem “Universitárias denunciam assédio em banheiros da UFSM em Santa Maria.

20/07/2016 10h46 - Atualizado em 20/07/2016 10h46

## Universitárias denunciam assédio em banheiros da UFSM em Santa Maria

Alunas relatam que são espiadas e fotografadas enquanto tomam banho. Reitoria anunciou reforço na vigilância do campus universitário.

Vanessa Backes  
Da RBS TV



Fonte: BACKES, Vanessa, G1, 2016.

A medida, na época, tomada pela instituição foi aumentar o contingente de seguranças e fechar a parte superior dos boxes, de forma que outra pessoa não enxergasse quem estivesse dentro do box.

Além disso, é importante entender que alguns ajustes são provisórios. Tendo em vista que, a cada ano, as IFES sofrem com cortes de verba, meses após os casos de assédio a quantidade de segurança diminuiu novamente.

Para casos como esse, a PRAE disponibiliza acompanhamento psicológico para as vítimas de assédio. Quando o caso é mais grave, como o de uma mulher sofrer estupro ou alguma forma de violência física, a PRAE encaminha a vítima para a Equipe de Matriciamento em Violência Sexual do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) que se localiza na entrada da UFSM.

A Equipe de Matriciamento foi criada em 2015, e contam com médicos ginecologistas, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, médicos infectologistas,

que oferecem atendimento completo à vítima. A PRAE orienta as moradoras e irem ao HUSM, imediatamente, após a violência. Assim, a equipe pode examinar, tratar e recolher os vestígios materiais de que um crime foi cometido e, também, contatarem as autoridades para dar entrada ao processo legal. A equipe é referência em Santa Maria, porém pouco conhecida pelo público em geral, não tendo muita visibilidade no portal da UFSM. No sítio da PRAE não há menção à equipe, atualmente, é necessário ir até a PRAE ou ao HUSM para se informar sobre o trabalho realizado por eles.

Percebe-se que toda essa conquista na UFSM, assim como a maioria dos direitos adquiridos pelas mulheres, advém de muita luta e um desejo contínuo de igualdade. Ainda estão longe de conseguir essa equidade, já que o Brasil, infelizmente, ainda é regido pelo machismo, mas tem-se a certeza de que a mulher ainda tem muito a conquistar.

## 5- RELATÓRIO

Ao decorrer desse projeto vimos que a UFSM é composta por uma história de luta dos moradores das CEU's. Apesar das inúmeras conquistas na instituição, principalmente das mulheres, muitos de seus problemas ainda estão longe de serem solucionados. Um desses empecilhos é a falta ou defasagem das informações oferecidas para essas estudantes, o que acaba por atrapalhar a estadia das mulheres na casa do estudante por não saberem lidar com certas situações do cotidiano, de forma rápida e/ou adequada. Situações importantes como: onde procurar assistência médica ou o que a Universidade oferece de assistência ao estudante não são facilmente encontradas em seus sítios.

A UFSM está passando por uma reestruturação em seus sítios, que está em planejamento desde 2017 e sendo realizada há um ano e meio, que afirma prezar pela facilidade de acesso. Considerando este fato, é de suma importância aproveitar o momento para realizar um conteúdo destinado às moradoras, estas que vêm de outros estados, com culturas e realidades distintas. No sítio “Guia Sítios”<sup>15</sup>, a instituição afirma:

(...) traz uma nova apresentação da instituição no ambiente da internet, com mudanças substanciais na forma e na estrutura de apresentação e gestão do conteúdo. Baseia-se em princípios como código aberto, acessibilidade, transparência ativa, usabilidade e gestão compartilhada, garantindo melhor experiência do usuário e melhor apresentação do trabalho realizado por nossa Universidade. O sítio representa o principal espaço institucional da UFSM no ambiente digital e consiste em um instrumento importantíssimo de comunicação do conhecimento aqui produzido, além de articular de forma orgânica todos os setores da instituição para a comunidade acadêmica. (UFSM, 2019)

Para realizar este projeto, partimos do pressuposto que essas mulheres a quem se destina o conteúdo realizado, apreciam a coletividade, que acaba se tornando um dos pilares de um morador da CEU, desde a convivência entre os residentes até as tomadas de decisões com a Diretoria. Pensando nisso, o produto foi realizado coletivamente com moradoras da CEU, com a Diretoria da Casa do Estudante e também com a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis.

---

<sup>15</sup> Ver: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/cpd/sitios/por-que-um-novo-sitio/>

## 5.1- PASSOS METODOLÓGICOS

Ao iniciar o projeto, entrei<sup>16</sup> em contato com a Diretoria da CEU II e com a PRAE para informá-los sobre meu assunto, saber se ambos possuíam interesse no material e se gostariam de tê-lo em seus sítios (as duas partes possuem sítios institucionais ) e as entidades colocaram-se à disposição para ajudar na construção do produto.

A seguir comecei a investigar o que havia na Universidade direcionado às mulheres da CEU referente a projetos ou coletivos, e encontrei somente o Grupo de Mulheres da CEU II e o Grupo de Mães da CEU II, o primeiro sendo uma iniciativa da Diretoria da CEU II e o segundo nasceu da iniciativa das próprias moradoras que possuem filhos e da PRAE.

Como não encontrei nenhum projeto institucional e nenhum assunto específicos destinado às residentes da CEU II no portal da UFSM, ampliei minha busca mapeando os sítios das Universidades Federais brasileiras. Nesse passo, além de acessá-los à procura de conteúdo direcionado às mulheres, também analisei a qualidade e o acesso às informações referentes à assistência estudantil em outras instituições.

Os resultados foram alarmantes, já que, dos 64 sítios analisados, 30 forneciam informações escassas, de difícil navegação e/ou não faziam menção sobre as ações realizadas para garantir a permanência dos estudantes. Além disso, não encontrei conteúdo destinado a moradoras das residências estudantis em nenhum dos sítios mapeados.

Já que é comum os sítios terem informações defasadas, decidi entrar em contato por e-mail com as instituições analisadas para realizar uma coleta mais precisa. Entrei em contato com as 64 UF's, preferencialmente com os órgãos ou núcleos responsáveis pela assistência estudantil, porém somente 24 responderam. Dessas, quatro instituições<sup>17</sup> afirmaram ter algum projeto ou coletivo de mulheres que possuem as moradoras como participantes – Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) -. A UFBA, a UFPE e a

---

<sup>16</sup> Tendo em vista a implicação direta de minha experiência como moradora da CEU e a participação ativa no processo de contrição, peço licença ao leitor para continuar a escrita nessa fase do trabalho na primeira pessoa do singular.

<sup>17</sup> A Universidade Federal do ABC (UFABC) afirmou ter 2 coletivos feministas formados por estudantes, porém não possui casa do estudante, logo não há moradoras participantes do coletivo.



UFRGS afirmaram ter coletivos de mulheres nas instituições, e que as estudantes moradoras das residências faziam parte, já a UFG possui um projeto direcionado às estudantes, professoras e servidoras da instituição que são mães. Porém, ao solicitar mais informações, nenhuma das universidades citadas responderam.

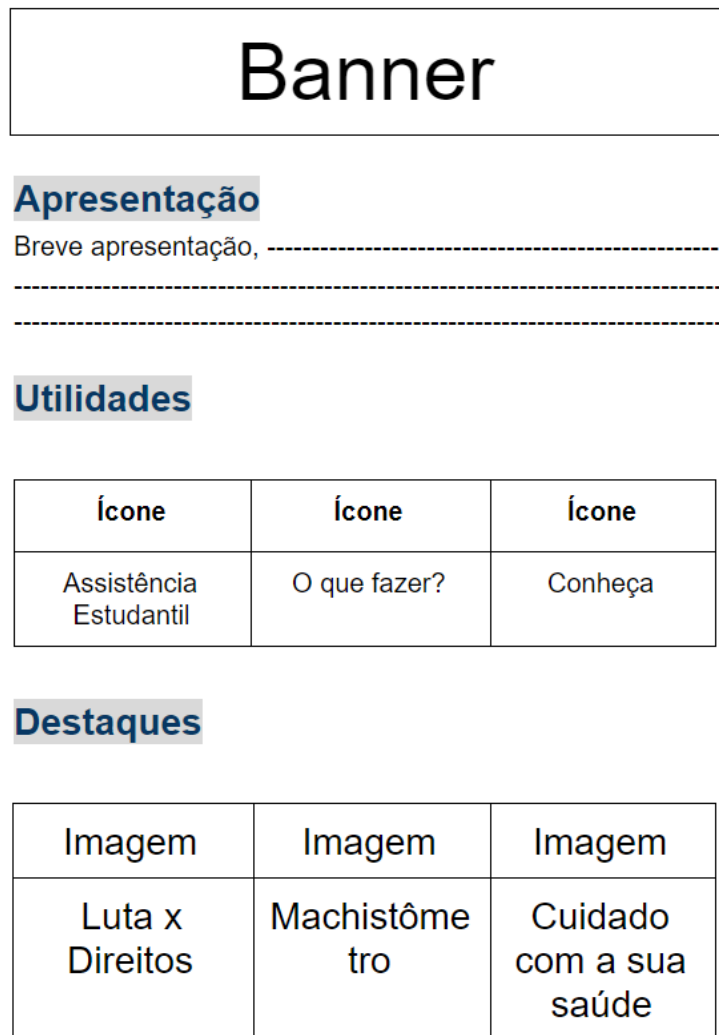
Esse mapeamento mostra que as mulheres moradoras das residências estudantis ainda são invisibilizadas. Desse modo, as Universidades acabam por não amparar essas estudantes que estão a centenas de quilômetros de suas famílias, sozinhas em cidades desconhecidas e ainda se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, fator esse que acentua essas dificuldades.

Após realizar esse mapeamento, participei de um encontro do Grupo de Mulheres da CEU II com a Diretoria, onde apresentei a proposta do meu projeto e iniciei uma troca de ideias com as sete mulheres presentes. Durante a conversa, estimei as moradoras a falarem sobre as dificuldades enfrentadas por elas por conta da escassez de informações disponibilizadas pela instituição.

Segundo os depoimentos, elas afirmam ter dificuldades em saber o que a universidade oferece referente à assistência estudantil, levando-as ao desconhecimento de seus direitos. Além disso, apontaram o fato de estarem em uma cidade desconhecida, e não saberem como fazer consultas médicas ou ir a um ginecologista. Algumas afirmaram que não realizaram consultas médicas desde que vieram para CEU, já que não sabem aonde ir e nem onde informar-se sobre nos meios de comunicação institucionais.

Também foi pautado no encontro o assédio que as mulheres enfrentam na Casa do Estudante e como elas, muitas vezes, não sabem como reagir ou como denunciar. Em um momento questionei-as sobre a história de luta das mulheres na instituição em busca de igualdade de direitos, e a maioria não conhecia, o que me fez pensar que era necessário realizar um resgate histórico. A partir desses apontamentos, realizei a estrutura inicial de conteúdos para uma página de sítio institucional.

Figura 6– Estrutura Inicial de página para sítio.



Fonte: Autor (2019)

Como dito anteriormente, a UFSM está passando por uma reestruturação dos sítios que está de acordo com as diretrizes do Governo Federal, portando o conteúdo construído também deveria ser realizado conforme solicitado no Guia Sítios. Ao falar sobre o miolo da página principal, o Guia (UFSM, 2019) afirma que ele deve ter um banner, uma breve apresentação do setor, alguns ícones e as notícias - destaques -. Em relação à diagramação da página, o Guia orienta que os módulos sejam pensados e organizados de forma que não sobre espaços vazios entre os conteúdos, para que a acessibilidade não seja prejudicada.

Seguindo as padronizações, todos os itens citados acima foram alocados na estrutura mínima, como mostra a figura 5. Nos ícones ficariam os temas “Assistência Estudantil”, “O que fazer?” e “Conheça”. O primeiro disserta sobre as ações realizadas

pela UFSM para garantir a permanência dos estudantes até o fim da sua graduação, de acordo com o PNAES. O segundo traz conteúdos sobre os tipos de assédio e como proceder caso a moradora seja vítima. O terceiro foi planejado para conter um texto explicativo e os contatos de órgãos da instituição pertinentes às moradoras, juntamente com coletivos de mulheres existentes na UFSM.

Nos “destaques” incluí a página “Luta x Direitos” com um texto sobre a luta das mulheres em busca de melhorias na assistência estudantil e suas conquistas. No “Machistômetro”<sup>18</sup> redigi um texto com os níveis de machismo, e no “Cuidado com sua Saúde” seria o conteúdo referente ao que a Universidade oferece em termos de prevenção e tratamentos à saúde física e mental, e outros locais aos quais as mulheres possam buscar assistência médica.

Posteriormente, realizei entrevistas qualitativas com 9 moradoras, a fim de descobrir se a estrutura inicial seria satisfatória, e entender sobre quais os meios de comunicação que elas utilizam para se informar. No fim das entrevistas, percebi que a estrutura estava bastante satisfatória, não surgiram novos conteúdos, mas algumas adições nas páginas já previstas<sup>19</sup>.

A maioria das entrevistadas afirmou utilizar o *Facebook* e os sítios institucionais para informar-se pela acessibilidade do material, e somente uma disse entrar em contato diretamente com os órgãos da UFSM para esclarecimentos, o que mostra que essas estudantes necessitam de conteúdos digitais, pois elas procuram formas rápidas e fáceis de acesso.

## 5.2- CONSTRUÇÃO DO CONTEÚDO

Após entender as necessidades comunicacionais das moradoras e seus assuntos de interesse, iniciei a coleta de informações e o resgate histórico das mulheres na CEU II. Busquei diversas fontes para a construção dos textos, desde trabalhos acadêmicos tendo como objeto a residência da UFSM, sítios, recortes de jornais, resoluções e documentos disponibilizados pelo Departamento de Arquivo

---

<sup>18</sup> O machistômetro é uma cartilha informativa sobre os tipos (e “graus”) de violência contra a mulher criado pela Manuela d’Ávila em 2016.

<sup>19</sup> Uma das entrevistadas deu a ideia de na página “O que fazer?” também houvesse dicas do que fazer para aumentar as chances de provar que um assédio e/ou violência ocorreu.

Geral, até conversas com a PRAE, membros da Diretoria, atuais e ex-moradoras da CEU II.

Como sou bolsista do Centro de Processamento de Dados (CPD), órgão responsável pela reestruturação dos sítios juntamente com o Grupo de Trabalhos dos Sítios<sup>20</sup>, participei por um ano e meio ativamente da migração e padronização dos portais, portanto já estava ciente das normas que deveriam ser seguidas para a construção do conteúdo.

Ao iniciar a construção do conteúdo, vi que era necessário fazer algumas mudanças na estrutura inicial<sup>21</sup>, transformando as páginas referente ao “Machistômetro” e a sobre como proceder em caso de assédio, em uma única, fazendo com que os conteúdos se complementassem.

Figura 7 – Página “Violência contra a Mulher”

## Violência Contra a Mulher

Publicado em 09/11/2019, 11h47. Atualizado 16/11/2019, 10h58

### MACHISTÔMETRO

**O machismo está em pequenas e grandes atitudes. Tome cuidado, reaja e, se necessário, busque ajuda. Denuncie, disque 180 ou (55) 32229646 - Delegacia da Mulher/SM**

CUIDADO!

- Piadas ofensivas
- Charlatagem
- Mentir/enganar
- Ignorar/dar um gelo
- Ciumar
- Culpar
- Desqualificar
- Ridicularizar/ofender
- Humilhar em público
- Intimidar/ameaçar
- Controlar/proibir
- Xingar

REAJA!

- Destruir bens pessoais
- Machucar
- “Tapinhas/pancadinhas”
- Brincar de bater
- Beliscar/arranhar
- Empurrar
- Dar tapas

BUSQUE AJUDA!

- Chutar
- Confinar/prender
- Ameaçar com objetos
- Apontar arma
- Ameaçar de morte
- Forçar sexo (estupro)
- Abuso
- Causar lesão corporal
- Mutilar
- Matar

Muitas são as violências sofridas diariamente por uma mulher, desde que saímos de casa, sabemos que estamos em risco, e na CEU não é diferente. A primeira coisa que nós, mulheres, devemos fazer é saber os tipos de assédio e violência aos quais estamos suscetíveis e como proceder caso sejamos vítimas ou caso presenciarmos algo suspeito acontecendo com outra mulher.

**Perseguição em redes sociais:** caso você esteja sendo perseguida nas redes sociais/assediada virtualmente por outro morador da CEU, a primeira coisa que deve-se fazer é registrar toda a conversa tirando prints ou fotos e não apagar as mensagens ou bloquear o assediador. Após o registro deve-se ir a delegacia mais próxima ou na delegacia da mulher e fazer um boletim de ocorrência. Com o boletim de ocorrências em mãos, vá até a [PRAE](#) para abrir um processo administrativo contra o assediador, dessa forma a Universidade pode tomar as medidas cabíveis.

**Assédio:** caso você sofra assédio dentro da universidade, peça ajuda a quem estiver por perto, jamais fique quieta. Dessa forma, além de espantar o assediador, você poderá utilizar as pessoas ao seu redor como testemunhas. Outra coisa importante a se fazer é juntar a maior quantidade de provas possíveis – fotos, vídeos, data, horário, local, características do agressor, contato das testemunhas. Verifique se no local há câmeras, pois mais tarde as imagens podem ser solicitadas. Quando for realizar o boletim de ocorrência, leve todas as provas para que a polícia possa conduzir a investigação, lembre-se que muitos casos não seguem adiante por faltas de provas.

Após realizar o boletim de ocorrência, você deve encaminhar-se a PRAE para solicitar as imagens das câmeras e dar início ao processo administrativo contra o agressor. A Pro-Reitoria também oferece acompanhamento psicológico a moradora.

Violência sexual e/ou estupro: É importante lembrar que o crime de estupro refere-se a qualquer conduta, com emprego de violência ou grave ameaça, que atente contra a dignidade e a liberdade sexual de alguém. O elemento mais importante para caracterizar esse crime é a ausência de consentimento da vítima. Portanto, forçar a vítima a praticar atos sexuais, mesmo que sem penetração, é estupro. [Acess](#)

Fonte: Autor (2019)

<sup>20</sup> Atualmente denominasse Grupo de Trabalho Tecnologias da Comunicação (GTTecCom), e dele participam servidores do CPD, integrantes do Gabinete do Reitor, servidores da Agência de Notícias, de várias pró-reitorias, entre outros órgãos e núcleos da UFSM.

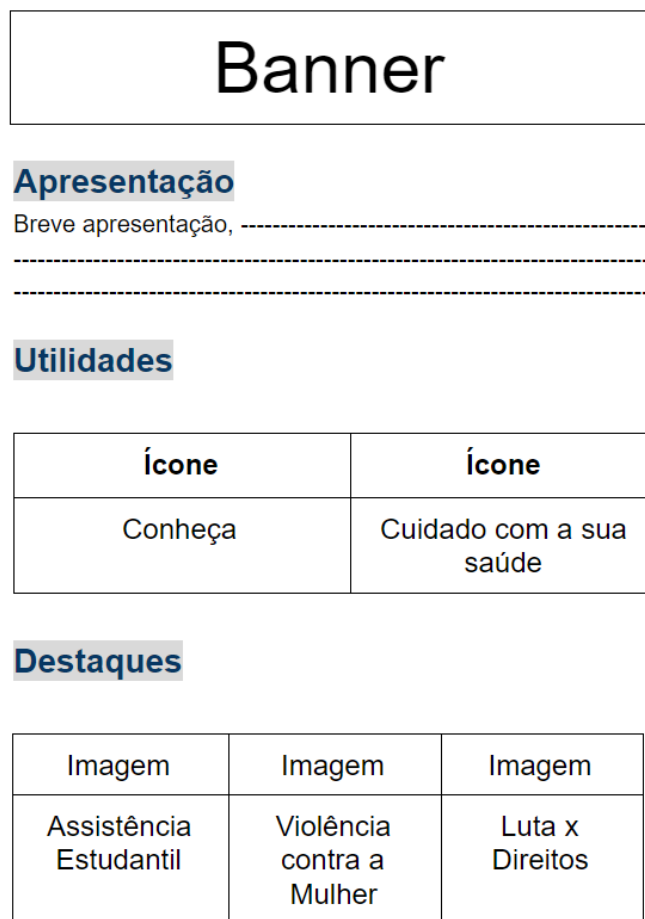
<sup>21</sup> Figura 6.

O texto faz um paralelo entre os tipos de violência contra a mulher, e informações de como denunciar e o que a UFSM oferece de assistência para a vítima, criando a página “Violência contra a Mulher”. Outra mudança foi a localização de alguns conteúdos, que antes estavam nos destaques e passaram para os ícones. Para tal mudança utilizei o conceito de Arquitetura da Informação explicado pela Flavia Macedo em sua dissertação:

Um ponto chave, que deve ser observado em qualquer arquitetura, (...) é o equilíbrio entre as necessidades dos usuários e os objetivos da organização. Para tanto, a gestão eficiente do conteúdo e o estabelecimento de políticas e procedimentos claros são essenciais. A compreensão da natureza sofisticada das necessidades dos usuários e de seu comportamento é parte do processo. É preciso buscar as inter-relações entre pessoas e conteúdos que permeiam as redes de conhecimento, e entender como esses conceitos podem ser aplicados para transformar os ambientes informacionais complexos em espaços adaptáveis e úteis. (MACEDO, 2015, p.110)

Portanto, reorganizei a estrutura de forma que os conteúdos mais imediatos, que possuíssem contatos e/ou poderiam ser procurados em casos de emergência médica – “Conheça” e “Cuide da sua Saúde” respectivamente – ficassem nos ícones tendo maior evidência na página, como mostra a figura:

Figura 8– Estrutura Final para Sítio



Fonte: Autor (2019)

Além dos textos, foi necessário realizar materiais gráficos para o banner principal, três imagens para as páginas localizadas na seção “Destques”, e mais algumas peças para complementar as informações dos textos escritos e tornar o conteúdo mais atrativo. Para esses, procurei trazer uma padronização nas cores e nas ilustrações utilizadas, dando ao assunto uma unidade, fazendo com que o usuário consiga realizar uma ligação entre o estilo dos elementos gráficos e as informações dos textos, dando às páginas uma identidade própria. A cor predominante escolhida foi o vermelho, por ser uma cor que, de acordo com Modesto Farina, Clotilde Perez e Dorinho Bastos (2006, p.92), gera a sensação de calor, dinamismo, acolhimento e fraternidade, podendo remeter à revolução.

Figura 9 – Página Inicial

---

## Mulheres da CEU II



### Apresentação

Esta página foi criada por estudantes moradoras da CEU II em colaboração com a Diretoria da CEU e Pró-reitoria de Assistência Estudantil, com o intuito de fornecer informações para as mulheres que moram e vierem a morar na residência estudantil da UFSM. Aqui podem ser encontrados conteúdos sobre a assistência estudantil oferecida pela Universidade, formas de reagir à violência contra a mulher na instituição, o que é oferecido para que você cuide de sua saúde, entre outros assuntos pertinentes.

---

### Utilidades



Conheça



Cuidado com a sua saúde

---

### Destaques



Assistência Estudantil



Violência Contra a Mulher



Luta x Direitos

---

Fonte: Autor (2019)

Figura 10 – Machistômetro

# MACHISTÔMETRO

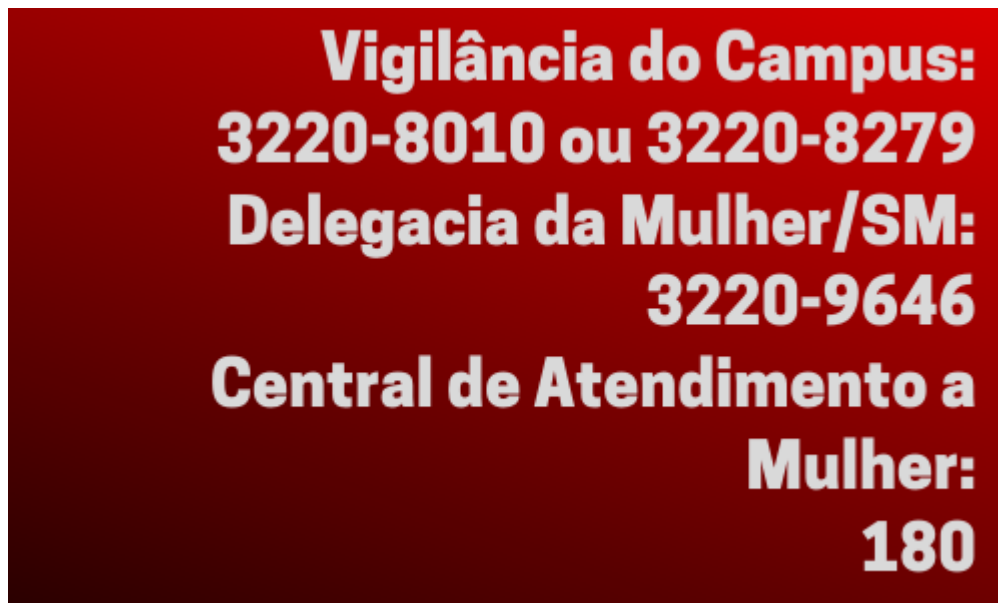
O machismo está em pequenas e grandes atitudes. Tome cuidado, reaja e, se necessário, busque ajuda. Denuncie, disque 180 ou (55) 32229646 - Delegacia da Mulher/SM

<b>CUIDADO!</b>	<input type="checkbox"/>	Piadas ofensivas
	<input type="checkbox"/>	Chantagear
	<input type="checkbox"/>	Mentir/enganar
	<input type="checkbox"/>	Ignorar/dar um gelo
	<input type="checkbox"/>	Ciumar
	<input type="checkbox"/>	Culpar
	<input type="checkbox"/>	Desqualificar
	<input type="checkbox"/>	Ridicularizar/ofender
	<input type="checkbox"/>	Humilhar em público
	<input type="checkbox"/>	Intimidar/ameaçar
<b>REAJA!</b>	<input type="checkbox"/>	Controlar/proibir
	<input type="checkbox"/>	Xingar
	<input type="checkbox"/>	Destruir bens pessoais
	<input type="checkbox"/>	Machucar
	<input type="checkbox"/>	"Tapinhas/pancadinhas"
	<input type="checkbox"/>	Brincar de bater
	<input type="checkbox"/>	Beliscar/arranhar
	<input type="checkbox"/>	Empurrar
	<input type="checkbox"/>	Dar tapas
	<input type="checkbox"/>	Chutar
<b>BUSQUE AJUDA!</b>	<input type="checkbox"/>	Confinar/prender
	<input type="checkbox"/>	Ameaçar com objetos
	<input type="checkbox"/>	Apontar arma
	<input type="checkbox"/>	Ameaçar de morte
	<input type="checkbox"/>	Forçar sexo (estupro)
	<input type="checkbox"/>	Abuso
	<input type="checkbox"/>	Causar lesão corporal
	<input type="checkbox"/>	Mutilar
	<input type="checkbox"/>	Matar

Fonte: Autor (2019)



Figura 11 – Telefones Emergenciais



Fonte: Autor (2019)

Ao ponderar sobre o melhor local no qual as páginas deveriam ser alocadas, entrei em contato com a Diretoria para uma conversa, onde chegamos à conclusão que o produto deveria fazer parte do sítio da CEU<sup>22</sup> que é administrada por seus integrantes, para que posteriormente os próprios possam modificar e atualizar as informações, garantindo dessa forma, que as moradoras tenham sempre acesso fácil a assuntos pertinentes ao seu cotidiano.

---

<sup>22</sup> Ver <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prae/ceu/>.

## 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste projeto, vimos que o acesso à educação, no Brasil, foi conquistado a partir da resistência dos jovens estudantes ao longo dos anos. Sendo assim, entendemos que a participação ativa dos estudantes é um dos motivos para que, atualmente, a UFSM tenha uma das melhores assistências estudantis do Brasil - o que reitera a importância de colocar-se no lugar do estudante para notar suas necessidades e supri-las da melhor forma.

O fato de a instituição buscar melhorar sua comunicação e facilitar o acesso criando ferramentas, integrando seus sites e aprimorando seus aplicativos é muito positivo. Apesar disso, nota-se uma dificuldade na realização de conteúdos voltados aos moradores da CEU II, o que acaba complicando alguns aspectos do cotidiano dos mesmos.

Ao entrar em contato com as moradoras da Casa, tive a oportunidade de conhecer um pouco mais da diversidade dessas mulheres, principalmente suas realidades e necessidades. Isso tornou o projeto mais desafiador, pois meu produto deveria atender a pluralidade dessas estudantes. Ao final da realização do projeto, me senti satisfeita com o resultado e acredito que as informações contidas nele irão ajudar não somente as atuais, mas também as futuras residentes da CEU II.

Durante a realização, busquei manter proximidade da PRAE e da Diretoria, para que o produto final fosse satisfatório tanto para os estudantes quanto para a instituição, para que o conteúdo estivesse o mais correto possível e pudesse ser utilizado nos sites de ambos, dando mais visibilidade não só às moradoras, mas também para o projeto.

Ao realizar o resgate das conquistas históricas das mulheres na CEU, pude perceber como a Universidade, ao longo dos anos, foi moldando-se às necessidades das estudantes, o que fez com que ela fosse pioneira em muitos aspectos. É importante manter esses momentos de luta vivos entre as estudantes para que lembrem - se que houve muita resistência para conquistar seus atuais direitos. Além disso, vale reforçar o quanto ainda é preciso lutar para mantê-los, já que a assistência estudantil, como conhecemos, está em risco, considerando o contexto atual brasileiro onde as instituições federais sofrem com a desvalorização e cortes constantes de verbas.

O produto final está hospedado no sítio da CEU II de forma que as futuras gestões da Diretoria possam atualizá-lo, quando necessário, o que fará com que este conteúdo continue agregando para as estudantes e para a Universidade Federal de Santa Maria, já que ela é a primeira Universidade Federal a ter uma página com assuntos destinados às mulheres moradoras de residências estudantis.

## REFERÊNCIAS

- ANDIFES (Brasil). Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. *In*: ANDIFES (Brasil). **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. [S. l.], 2011. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1377182836Relatorio\\_do\\_perfi\\_dos\\_estudantes\\_nas\\_universidades\\_federais.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf). Acesso em: 10 jun. 2019.
- ANDIFES (Brasil). Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. *In*: ANDIFES (Brasil) (coord.). **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. [S. l.], 2004. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Biblioteca\\_041\\_Pesquisa\\_do\\_Perfil\\_Socioeconomico\\_dos\\_Estudantes\\_de\\_Graduacao\\_das\\_IFES.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_041_Pesquisa_do_Perfil_Socioeconomico_dos_Estudantes_de_Graduacao_das_IFES.pdf). Acesso em: 14 jun. 2019.
- ANDIFES (Brasil); FONAPRACE (Brasil). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. *In*: TRÓPIA, Patrícia Vieira (coord.). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. Uberlândia, 2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioeconomico-dos-Estudantes-de-Graduacao-das-IFES.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- ARQUITETURA da Informação: aspectos epistemológicos, científicos e práticos. Orientador: Mamede Lima-Marques. 2005. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciências da Informação) - Universidade de Brasília, [S. l.], 2005. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30520620/Dissertacao\\_Flavia\\_Final.pdf?response-contentdisposition=inline%3B%20filename%3DArquitetura\\_da\\_Informacao\\_aspecto\\_epist.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20191116%2Fus-east1%2Fs3%2Faws4\\_request&X-Amz-Date=20191116T193846Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=546400353c8ef53f3e454dcf3eda88de19b2c929a0e6a7508da9d6ada0d20a12](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30520620/Dissertacao_Flavia_Final.pdf?response-contentdisposition=inline%3B%20filename%3DArquitetura_da_Informacao_aspecto_epist.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20191116%2Fus-east1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20191116T193846Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=546400353c8ef53f3e454dcf3eda88de19b2c929a0e6a7508da9d6ada0d20a12). Acesso em: 17 set. 2019.
- BARICHELLO, E. M. M. da R. **Os 50 anos da Nova Universidade**. Santa Maria, RS. Ed. da UFSM, 2012.
- EL PAÍS (Brasil). **Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida: Com o objetivo de congelar gastos públicos e contornar a crise econômica, proposta divide especialistas**. El País, São Paulo, 13 dez. 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574\\_221053.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html). Acesso em: 16 jul. 2019.

FARINA, M.; PEREZ, C.; BASTOS, D. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda., 2006. 189 p.

G1 (Santa Maria). "Universitárias denunciam assédio em banheiros da UFSM em Santa Maria. G1, Santa Maria, 20 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/07/universitarias-denunciam-assedio-em-banheiros-da-u fsm-em-santa-maria.html>. Acesso em: 6 ago. 2019.

IMPERATORI, T. K. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Orientador: Maciel, Ana Lúcia Suárez. 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

LIMA, W. A. S.; FERREIRA, L. C. **Mapeamento e Avaliação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras**. Meta Avaliação, [s. l.], v. 8, ed. 22, p. 116-148, 2016. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/870/pdf1>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Fernando Haddad. Portaria Normativa Nº 39, de 12 de Dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, Brasil, 12 dez. 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em: 12 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Santa Maria). Paulo Afonso Burmann. RESOLUÇÃO N. 025/2014 . Santa Maria, 2014. Disponível em: [http://w3.ufsm.br/prae/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_25-2014\\_Moradia\\_Estudantil.pdf](http://w3.ufsm.br/prae/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o_25-2014_Moradia_Estudantil.pdf). Acesso em: 24 jul. 2019.

MOTTA, G. da S. Memórias **Universitárias: Representações sobre o Programa de Assistência Estudantil Da Universidade Federal de Santa Maria - RS**. 2013. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, [S. l.], 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6231/MOTTA%2C%20GRAZIELA%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2019.

OSÓRIO, B. da S. **"A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: do passado ao presente**. Orientador: Adriane Roso. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Maria, [S. l.], 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10371/OSORIO%2c%20BRUNA%20A%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 jul. 2019.

PLETISKAITZ, K. **A maternidade na Casa de Estudantes da UFSM: desafios e conquistas das acadêmicas mães moradoras da CEU**. Orientador: Sueli Salva. 2018. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15159/DIS\\_PPGEDUCACAO\\_2018\\_PL ETISKAITZ\\_KATIUCIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15159/DIS_PPGEDUCACAO_2018_PL ETISKAITZ_KATIUCIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 25 jun. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Luiz Inácio Lula da Silva. **DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010**. Brasil, 19 jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 11 jun. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasil: [s. n.], 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 9 jun. 2019.

REVISTA .TXT (Santa Maria). **A Herança das Ocupações** .TXT, [S. l.], 6 set. 2007. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/experimental/revistatxt/2017/09/06/a-heranca-das-ocupacoes/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SALVA, S. Casa do Estudante Universitário: jovens mães/pais e suas crianças. Santa Maria: Editora UFSM. *E-book* (120 p.). 2017.

SECRETÁRIA NACIONAL DE CASAS DO ESTUDANTE (Brasil). Secretária Nacional de Casas do Estudante. *In*: SECRETARIA NACIONAL DE CASAS DO ESTUDANTE (Brasil). SENCE. [S. l.], [20--]. Disponível em: <http://sencebrasil.redelivre.org.br/>. Acesso em: 13 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (Santa Maria). 35 Anos da Nova Universidade: Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: Pallotti, 1995.

\_\_\_\_\_. Casa do Estudante. Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prae/ceu/estatuto-da-ceu-ii/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Guia Sítios. *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Guia Sítios**. Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/cpd/sitios/>. Acesso em: 17 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Processo seletivo BSE – edição extraordinária para ingressantes edital 21/2019. *In*: PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (Brasil) (org.). **Benefício Socioeconômico**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prae/editais/030-2019/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A - BASE DAS ENTREVISTA

1. Perfil: quem é, curso de onde veio, com quantas pessoas mora na CEU, há quanto tempo.
2. Como foi a chegada na UFSM? União Universitária, falta de informações, ida para os apartamentos;
3. Como você avalia a sua experiência como universitária? Se possível compare o que é diferente (melhor/pior) da sua expectativa anterior?
4. Você acha que existe diferença na experiência das estudantes mulheres em comparação aos meninos na rotina da universidade. Quais seriam?
5. Como é ser mulher na CEU ? Pontos positivos e negativos.
6. Alguma experiência que gostaria de mencionar?
7. A Universidade oferece informações direcionadas às mulheres da CEU, e que as ajude em seu cotidiano (desde a chegada em uma nova cidade, até ações que acredita que seriam necessárias para as meninas)?
8. Você sabe o que a UFSM oferece de assistência ao estudante? Cite exemplos.
9. Você sente que a Universidade ampara as alunas que sofrem algum tipo de violência de gênero? Se sim, de que forma? Se não, o que poderia ser feito?
10. Quais os meios de comunicação com a Instituição que você utiliza para se informar?
11. As informações que você procura são facilmente encontradas? São suficientes e/ou atualizadas?